

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

**PROJETO MULTISSETORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PARANÁ**

**RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO
1.º semestre de 2015**

(Acordo de Empréstimo n.º 8.201-BR)



2015

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPL)

Silvio Magalhães Barros II - *Secretário*

Marlos Marciliano de Almeida - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Júlio Takeshi Suzuki Jr. - *Diretor-Presidente*

Emílio Kenji Shibatta - *Diretor do Centro de Pesquisa*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

Norberto Anacleto Ortigara - *Secretário*

Otamir Cesar Martins - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER)

Rubens Ernesto Niederheitmann - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA)

Ricardo José Soavinski - *Secretário*

Paulino Heitor Mexia - *Diretor Geral*

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG)

Amílcar Cavalcante Cabral - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)

Luiz Tarcísio Mossato Pinto - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO DE ÁGUAS DO PARANÁ (AGUASPARANÁ)

Amin José Hannouche - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED)

Paulo Schmidt - *Secretário*

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Michele Caputo Neto - *Secretário*

Sezifredo Paulo Alves Paz - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

Mauro Ricardo Machado Costa - *Secretário*

George Hermann Rodolfo Tormin - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

Dinorah Botto Portugal Nogara - *Secretária*

Samira Tomita - *Diretora Geral*

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

Adilson Castilho Casitas - *Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil*

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Mauro Jose Corbellini - *Coordenadora Geral do Projeto (SEPL)*

Nestor Bragagnolo - *Coordenador Adjunto do Projeto (SEPL)*

EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP/SEPL

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO: José Carlos Espinoza Aliaga, Julia Carolina Rubel, Lucas Rodrigues Maciel, Lucas Garcia Ferreira Martins. Nayara Lobo Carneiro Galera, Ricardo Fernandes Bezerra, Sandra Cristina Lins dos Santos, Tobias de Freitas Prando, Wallace Cruz.

EQUIPE TÉCNICA IPARDES (Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas)

REVISÃO DOS INDICADORES DO MODELO LÓGICO

Valéria Villa Verde Reveles Pereira - *Coordenação*

Katia Terezinha Patrício da Silva - *Coordenação Adjunta*

Angelita Bazzoti - *Socióloga*

Ciro Cezar Barbosa - *Economista*

Rafaela Amorim - *Economista*

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Supervisão editorial*

Claudia F. B. Ortiz - *Revisão de texto*

Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar - *Editoração eletrônica*

Stella Maris Gazziero - *Projeto gráfico, diagramação e capa*

Maria Rosa Davin - *Normalização bibliográfica*

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural	LOA - Lei Orçamentária Anual
BIC - Bank Identifier Code	LPI - Licitação Pública Internacional
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	LPN - Licitação Pública Nacional
BM - Banco Mundial	MOP - Manual Operativo do Projeto
CAFE - Coordenação da Administração Financeira do Estado	NRE - Núcleo Regional de Educação
CDG - Coordenadoria de Desenvolvimento	ONGs - Organizações Não Governamentais
CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná	PAD - Project Appraisal Document
CM - Casa Militar	PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	PGE - Programa de Gastos Elegíveis
COP - Coordenadoria de Orçamento e Programação	PPA - Plano Plurianual
DDF - Declaração de Disponibilidade Financeira	PPRI - Planos Pontuais de Reassentamento Involuntário
DDO - Declaração de Disponibilidade Orçamentária	QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo
DLIs - Disbursement Linked Indicators	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
DOE - Diário Oficial do Estado	SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
e-COP - Sistema Orçamentário do Estado	SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
EEP - Eligible Expenditure Programs	SEED - Secretaria de Estado da Educação
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural	SEEG - Secretaria de Estado de Governo
EPPI - Estratégia de Participação dos Povos Indígenas	SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	SEI - Sistema Estadual de Informações
GAS - Grupo Administrativo Setorial	SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
GFS - Grupo Financeiro Setorial	SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
GPS - Grupo de Planejamento Setorial	SESA - Secretaria de Estado da Saúde
IAP - Instituto Ambiental do Paraná	SIAF - Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro
IBAN - International Bank Account Number	SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná
ICB - International Competitive Bidding	SISPRENATAL - Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização
IFR - Interim Financial Report	SOEs - Customized Statement of Expenses – Customized
INTOSAI - International Organization of Supreme Audit Institutions	SUDE - Superintendência de Desenvolvimento Educacional
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	SUEDE - Superintendência da Educação
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	SUS - Sistema Único de Saúde
ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências	SWAp - Sector Wide Approach
LAS - Licença Ambiental Simplificada	TCE - Tribunal de Contas do Estado
LI - Licença de Instalação	UBS - Unidade Básica de Saúde
LO - Licença de Operação	UGP - Unidade de Gerenciamento do Projeto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 FATORES CIRCUNSTANCIAIS	8
2 INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano	11
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - Setor 1	11
Acompanhamento dos Indicadores.....	13
Contexto.....	16
2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - Setor 2	19
Acompanhamento dos Indicadores.....	21
Contexto.....	25
2.3 EDUCAÇÃO - Setor 3	26
Acompanhamento dos Indicadores.....	28
Contexto.....	32
2.4 SAÚDE - Setor 4	35
Acompanhamento dos Indicadores.....	36
Contexto.....	39
3 INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO COMPONENTE 2 - Assistência Técnica para a Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz	41
Execução da Assistência Técnica	42
Acompanhamento dos Indicadores.....	45
4 ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO	48
Programas de Gastos Elegíveis.....	48
Considerações.....	59
5 ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS	63
5.1 SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	63
5.2 SALVAGUARDAS SOCIAIS	75
5.2.1 ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPi)	76
5.2.1.1 Arranjo institucional	76
5.2.1.2 Planejamento e execução das atividades.....	76

5.2.2	MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO.....	83
5.2.2.1	Planejamento e execução de atividades	84
5.2.3	CONCLUSÕES TÉCNICAS	87
	REFERÊNCIAS.....	88

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, representada pela Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, com a cooperação técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apresenta de forma sistematizada e integrada o terceiro relatório de execução física e financeira das ações do projeto, referente ao primeiro semestre de 2015. Este relatório busca também estabelecer o diálogo entre os executores e contribuir para a transparência das políticas públicas, sendo disponibilizado no endereço eletrônico www.sepl.pr.gov.br.

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, objeto do acordo de empréstimo entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial (nº 8.201 - BR), tem como objetivo promover o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais equitativas e ambientalmente sustentáveis. Está organizado em dois componentes: Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, englobando nove programas finalísticos; e Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz, envolvendo cinco setores: desenvolvimento rural, meio ambiente, saúde, educação e gestão do setor público.

O financiamento acordado com o Banco Mundial em 12 de dezembro de 2013 teve sua efetividade obtida em 13 de janeiro de 2014, e adota uma modalidade setorial ampla, denominada em inglês de Sector Wide Approach (SWAp). Constitui um tipo de financiamento inédito até o momento no Estado, em que há o comprometimento com investimentos estratégicos em setores que promovam o desenvolvimento econômico e social. Nesse arranjo, os programas do Componente 1 foram assumidos como iniciativas orçamentárias no Plano Plurianual 2012-2015.

Para uma melhor compreensão do alcance dos indicadores apresentados neste relatório, deve-se considerar o contexto em que se deu a execução do Programa para o cumprimento dos mesmos. Os programas e os indicadores, em geral, têm progredido de acordo com o previsto até momento. No entanto, a atual conjuntura econômica do Estado e do país traz uma série de desafios para a implementação do projeto. Em particular, as restrições orçamentárias no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, o período eleitoral no final do ano de 2014, e a alta taxa de câmbio têm afetado a capacidade de execução dos programas do governo (O projeto foi negociado em uma relação US\$/R\$ de 2,00 e hoje essa relação está em 3,10 – aumento de 55%, junho de 2015), inclusive aqueles que fazem parte do Projeto.

Mesmo assim, o Estado está, dentro do possível, assegurando a execução orçamentária e financeira para a continuidade dos Programas de Gastos Elegíveis do projeto, conforme previsto na Lei Orçamentária de 2015. Por outro lado, o Estado solicitou e acordou com o Banco Mundial e COFIEX alterações no Acordo de Empréstimo no sentido de: a) eliminar a aplicação da regra dos 70% por setor e passar a utilizá-la de forma global, com a utilização da regra de execução financeira sobre as despesas elegíveis dos quatro setores conjuntamente; b) eliminar a regra dos 30% nos desembolsos no primeiro semestre de cada ano; c) modificar a regra do coeficiente de execução para que, em caso de execução parcial da regra dos 70%, o financiamento seja feito de maneira proporcional ao percentual executado – isso irá substituir a regra atual de aplicação por faixas de desempenho; d) modificar o percentual de financiamento de despesas elegíveis (EEPs) da categoria de 50% para 100%; e) mudança de prazo para a entrega dos Relatórios Interinos Financeiros Não Auditados - IFRs de 60 para 90 dias; e f) revisão dos indicadores de desembolso. O processo de reformulação do Acordo de Empréstimo não foi concluído durante o primeiro semestre de 2015.

A sistemática de monitoramento adotada pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP) foi construída com a aplicação da metodologia Modelo Lógico, para organizar o monitoramento dos programas finalísticos do projeto, estruturados no componente Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano. Esta metodologia baseia-se na teoria do programa para estabelecer três conjuntos de indicadores: de produto, intermediário e final. A aferição dos indicadores possibilitará a ação balizada do gestor. Em consonância e ao mesmo tempo,

são acompanhados outros indicadores identificados por: desenvolvimento, resultado intermediário e de desembolso. Esses indicadores estão vinculados às ações previstas tanto no Componente 1 quanto no Componente 2 do projeto (quadro 1).

Os Indicadores de Monitoramento foram previamente acordados em duas circunstâncias – por ocasião da missão de pré-avaliação do Projeto, em abril de 2012, e na fase da construção do Modelo Lógico, concluído em julho de 2012. Esses indicadores, ainda, foram objeto de discussão e sofreram alterações por ocasião da Missão de Monitoramento ocorrida no período de 23 a 27 de março de 2015. A adequação e/ou substituição das metas inicialmente propostas não afetará os objetivos do Projeto e dos Programas envolvidos.

As modificações, já incorporadas a este relatório, apenas compatibilizam as metas físicas inicialmente propostas com a realidade operacional de execução nos dois primeiros anos do projeto (um ano retroativo e um de execução após assinatura do Acordo de Empréstimo).

Os Indicadores de Desenvolvimento estão correlacionados aos cinco setores apoiados pelo Projeto Multissetorial. Os Indicadores de Monitoramento, também denominados de Resultados Intermediários, foram construídos considerando os programas finalísticos e a ação do Componente 2 do projeto. Os Indicadores de Desembolso foram definidos tendo em vista as regras e normas do financiamento. De forma geral, as metas acordadas e expressas nos instrumentos de acompanhamento são equivalentes; quando tal não acontece, dá-se o devido destaque.

O procedimento adotado para a elaboração do terceiro relatório (1º semestre de 2015) foi a solicitação do preenchimento das planilhas pelos executores, conforme o instrumento de coleta utilizado no relatório anterior. A UGP/SEPL recebe, consiste e consolida as informações em relação às metas programadas, para o cálculo dos indicadores acordados no Modelo Lógico e dos indicadores de desenvolvimento, intermediários e de desembolso estabelecidos no Acordo de Empréstimo.

QUADRO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ	
COMPONENTE 1 PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO	COMPONENTE 2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ
SETOR 1 ou SUBCOMPONENTE 1.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	SETOR 5 GESTÃO DO SETOR PÚBLICO
1.1.1 Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (SEAB, EMATER, ITCG) 1.1.2 Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias (SEAB, EMATER e AGUASPARANÁ)	SUBCOMPONENTE 2.1 Qualidade Fiscal (SEPL e SEFA)
SETOR 2 ou SUBCOMPONENTE 1.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES 1.2.1 Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEMA, IAP e AGUASPARANÁ) 1.2.2 Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEMA, IAP, AGUASPARANÁ E DEFESA CIVIL)	SUBCOMPONENTE 2.2 Modernização Institucional (SEPL, SEAP, IPARDES e CGE)
SETOR 3 ou SUBCOMPONENTE 1.3 EDUCAÇÃO 1.3.1 Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SEED) 1.3.2 Programa Formação em Ação (SEED) 1.3.3 Programa Renova Escola (SEED)	SUBCOMPONENTE 2.3 Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos (SEPL e SEAP)
SETOR 4 ou SUBCOMPONENTE 1.4 SAÚDE 1.4.1 Programa Rede de Urgência e Emergência (SESA) 1.4.2 Programa Rede Mãe Paranaense (SESA)	SUBCOMPONENTE 2.4 Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (SEPL E SEAB)
	SUBCOMPONENTE 2.5 Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEPL, SEMA, ITCG, AGUASPARANÁ e IAP)
	SUBCOMPONENTE 2.6 Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEPL, SEMA, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL, IAP e AGUASPARANÁ)
	SUBCOMPONENTE 2.7 Educação (SEPL e SEED)
	SUBCOMPONENTE 2.8 Saúde (SEPL e SESA)

INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1 - PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO

Esta seção focaliza o conjunto de indicadores de execução física para os programas finalísticos que integram o Componente 1. Assim, os programas serão apresentados por setor, com os quadros de acompanhamento dos indicadores devidamente contextualizados. O quadro-resumo de execução financeira e os diagramas com as referências básicas dos programas serão apresentados como cenário para o acompanhamento dos programas.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SETOR 1

O setor 1 volta-se ao compromisso de aumentar a participação dos agricultores familiares em atividades agrícolas mais rentáveis, apoiando a organização, o planejamento e práticas ambientais, sociais e econômicas sustentáveis, e assim contribuir para a diminuição das diferenças regionais.

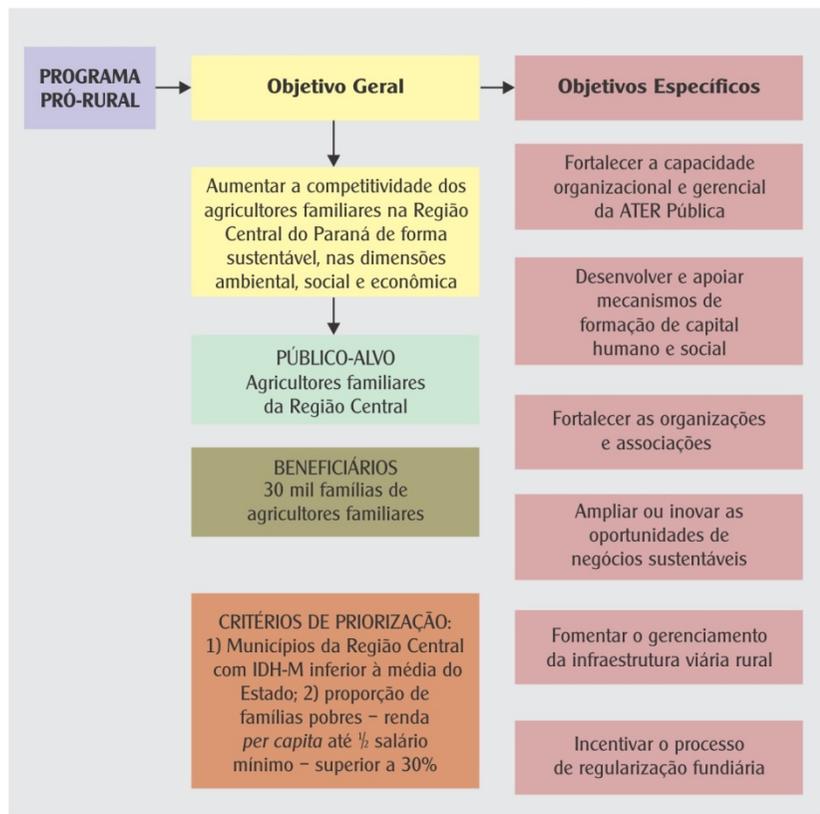
As ações do setor estão estruturadas em dois programas: Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL), que visa reverter a baixa eficiência produtiva, econômica e social na região central do Estado; e Gestão de Solos e Água em Microbacias, comprometido com a melhoria da gestão dos recursos naturais, resultando na maior sustentabilidade das atividades agropecuárias (tabela 1, diagramas 1 e 2).

TABELA 1 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - AGOSTO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado no Período (12/12/2012 a 31/12/2014) (B)	Executado no Período (jan./2015 a jun./2015) (C)	Saldo Total A-(B+C)	Falta Executar (B+C)/A (%)
3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico Territorial - PRÓ-RURAL	130.870.902	6.765.664	4.057.559	120.047.678	91,73
3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias	90.580.311	39.671.475	2.289.004	48.619.831	53,68
TOTAL	221.451.213	46.437.140	6.346.563	168.667.510	76,16

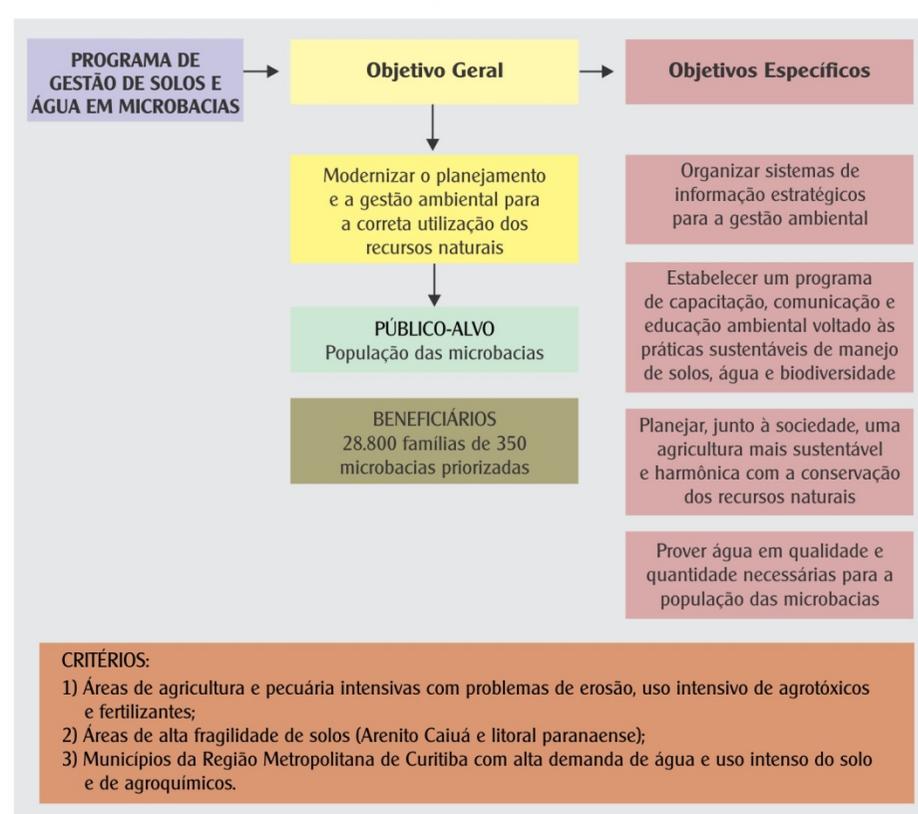
FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF (Dados Preliminares sujeitos ainda à apreciação e confirmação pelo Banco Mundial)

DIAGRAMA 1 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA PRÓ-RURAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 2 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico, foram definidos 12 (doze) indicadores de produto para o programa PRÓ-RURAL, visando fomentar a inserção socioprodutiva dos agricultores familiares beneficiários. Para o programa Gestão de Solos e Água em Microbacias foram estabelecidos 8 (oito) indicadores de produto para incrementar a gestão sustentável dos recursos naturais (quadro 2).

No quadro 3 constam os indicadores de Desenvolvimento, Intermediário e de Desembolso relativos ao Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculados aos respectivos programas.

QUADRO 2 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2015

continua

PRODUTO	PGE 1 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL – PRÓ-RURAL					
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
102 Escritórios reformados, 100 veículos adquiridos e rede de TI da EMATER modernizada	Número	82	102	0	Taxa de escritórios reformados	80,39
	Número	131	100	0	Taxa de veículos adquiridos	131,00
250 Técnicos capacitados através da realização de 103 cursos	Número	906	150	0	Taxa de técnicos capacitados	604,00
50 Convênios firmados para repasse de 30 carros e/ou 50 kits de equipamentos de informática	Número	0	25	0	Taxa de convênios firmados	0,00
21 mil famílias atendidas pela ATER pública oficial	Número	17.338	8.000	⁽¹⁾ 4.648	Taxa de famílias atendidas	58,10
9.600 Pessoas capacitadas através de 320 cursos	Número	17.103	4.000	0	Taxa de pessoas capacitadas	427,58
210 Propostas de negócios financiadas	Número	0	75	25	Taxa de propostas de negócios	33,33
75 Projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiados	Número	0	15	0	Taxa de projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiados	0,00
4.000 Processos ajuizados	Número	1.402	1.700	0	Taxa de processos ajuizados	82,47
6.200 Lideranças capacitadas através 206 eventos	Número	4.747	2.500	0	Taxa de lideranças capacitadas	189,88
7 Consórcios intermunicipais apoiados através da disponibilização de patrulhas rodoviárias e de recursos para o custeio da adequação de estradas	Número	Não se aplica	7	0	Não se aplica	0,00
1.600 Operadores e 400 gestores capacitados na execução e gestão de estradas rurais	Número	0	800	0	Taxa de operadores capacitados	0,00
	Número	0	200	0	Taxa de gestores capacitados	0,00
7 Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados	Número	Não se aplica	7	0	Taxa de planos de gestão elaborados	0,00

QUADRO 2 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2015

conclusão

PRODUTO	PGE 1 - PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS					
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
389 Escritórios municipais, 21 escritórios regionais e a sede estadual da EMATER e 21 escritórios regionais e a sede estadual da SEAB com equipamentos adquiridos	Número	0	410 kits adquiridos	0	Taxa de kits adquiridos	0,00
490 Profissionais qualificados (27 cursos, temas: tecnologias da conservação, de produção, de informação e fiscalização; totalizando carga horária de 350 horas)	Número	537	290	0	Taxa de profissionais qualificados	185,17
Integração de sistemas de informações em 1 (um) cadastro multifinalitário	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
200 Cursos sobre geotecnologias, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade, práticas agroecológicas (para 4.000 pessoas, 200 cursos e carga horária total de 1.600 horas)	Número	1.121	1.000	0	Taxa de pessoas qualificadas	112,10
120 Eventos (dias de campo e excursões), 2 campanhas estaduais de comunicação de massa e participação em 70 feiras (montagem de estande educativos)	Número	56	60	0	Taxa de eventos realizados	93,33
	Número	2	1	Não se aplica	Taxa de campanhas realizadas	200,00
	Número	12	30	0	Taxa de participação em feiras	40,00
480 Sistemas de abastecimento de água	Número	(2)54	150	0	Taxa de sistemas de abastecimento de água	36,00
40 Negócios comunitários sustentáveis instalados	Número	Não se aplica	15	Não se aplica	Taxa de negócios instalados	0,00
350 Planos de ação de microbacias validados pela comunidade	Número	110	150	2	Taxa de planos validados	74,67

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTAS: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

(1) % de desempenho calculado tendo em vista os resultados obtidos apenas no semestre por tratar-se de uma meta não cumulativa.

(2) Meta acumulada corrigida em relação ao relatório anterior.

QUADRO 3 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2015

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 06/2015	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/06/2015		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Associações de agricultores apoiados pelo projeto com melhoria do acesso e integração aos mercados produtivos	Percentual	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Relatório do M&A do Projeto.
Número de agricultores familiares treinados e recebendo assistência técnica	Número	17.338	8.000	Não se aplica	4.648	⁽¹⁾ 58,10	Número de agricultores que receberam assistência técnica (serviços de extensão em produção agrícola e gestão de serviços agrícolas) e treinamento (seminários, <i>workshops</i> , cursos técnicos, etc.), somente na área do Pró-Rural.
Número de terras indígenas com projetos apoiados	Número	01	Não se aplica	Não se aplica	01	Não se aplica	Lista de Associações de Terras Indígenas com acordos assinados e amostra de convênios publicados no Diário Oficial.
Número de propostas de negócios sustentáveis aprovadas e financiadas	Número	27	75	27	25	92,59	Lista de acordos assinados com Associações e amostra de convênios publicados no Diário Oficial do Estado.
Número de Planos de Ação de microbacias elaborados	Número	110	150	100	112	112,00	Lista de planos de ação de microbacias (elaborado de acordo com o MOP) e amostra de planos.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

- ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário
- IS - Indicador Social
- ID - Indicador de Desembolso

(1) % de desempenho calculado tendo em vista a meta do ano, por não haver meta específica para o período.

CONTEXTO

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL

- As metas relativas ao fortalecimento da assistência técnica rural apresentadas no quadro 2 foram cumpridas no período retroativo e primeiro ano de execução do Acordo de Empréstimo. A reforma da infraestrutura e a modernização tecnológica dos escritórios regionais com a renovação da frota de veículos contribuíram na viabilização das condições técnicas e operacionais requeridas para a execução do programa.
- O repasse de veículos e *kits* de equipamentos de informática às prefeituras para ampliação da rede de assistência técnica será discutido na Revisão de Meio Termo do Projeto. Segundo a Unidade Técnica do Programa, a estratégia de abrir chamadas públicas para a seleção de instituições para a prestação de assistência técnica pode ser mais eficiente para ampliar a rede do repasse de incentivos às prefeituras.
- A dinâmica da execução das atividades relacionadas à meta de atendimento aos agricultores familiares demonstrou para a Unidade Técnica de Execução que a mensuração da meta de forma acumulada, conforme previsto no Modelo Lógico, não reflete plenamente a realidade, por se tratar do mesmo universo. Sendo assim, os dados apresentados no quadro 2 demonstram os resultados obtidos apenas no primeiro semestre do ano.
- Para promover o acesso ao mercado com geração de trabalho e renda com sustentabilidade social, econômica e ambiental para agricultores familiares, foi lançado em outubro de 2014 o Edital SEAB/Banco Mundial 001/2014 para a Seleção de Propostas de Negócios Sustentáveis, sendo habilitadas 27 propostas. Após as análises do Grupo Técnico de Avaliação e Apoio (GTAA) foi divulgado o resultado final do processo seletivo, sendo aprovadas 25 propostas.
- Os projetos produtivos estão em fase de ajustes técnicos para a formalização dos convênios visando ao repasse dos recursos a cada associação (informações no *site*: <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=227>).
- Em decorrência das dificuldades operacionais para assinatura dos convênios, o Banco, durante a missão realizada no período de 31 de agosto a 04 de setembro de 2015, manteve o acordo firmado durante a missão realizada em março de 2015 em rever a meta do indicador de desembolso "Número de propostas de negócios sustentáveis aprovadas e financiadas". Nesse contexto, os cálculos foram realizados com base no número de propostas aprovadas e não de propostas financiadas. Mesmo assim, o indicador não foi atingido.

- O apoio a projetos específicos das Terras Indígenas selecionados através dos processos de chamamento público tornou-se indicador social, sendo incluído no quadro de resultados do Projeto. Destaca-se que a proposta da Terra Indígena Rio D'Areia, localizada no município de Inácio Martins, foi selecionada e no primeiro semestre de 2015 foram realizadas visitas à comunidade, bem como buscaram-se parcerias com a administração municipal e com a FUNAI para qualificar o Projeto de engenharia do Centro Cultural e de Turismo Guarani.
- A estratégia de execução adotada para capacitação consiste em realizar maior quantidade de eventos, com carga horária de 8 horas e com aumento do número de participantes por evento. Este procedimento se distingue do planejado e descrito no Manual Operativo, o que em parte explica a superação das metas de capacitação de pessoas e de liderança. Na revisão de meio termo as metas de capacitação, a estratégia e o modelo adotado podem ser objeto de análise com proposta de ajustes em consonância com a realidade da oferta.
- A contabilização das metas de qualificação foi revisada pela Unidade Técnica de Execução. A quantificação adotada pelo Cadastro da Pessoa Física (CPF) do participante evita a duplicidade da participação e proporciona informações de melhor qualidade sobre a execução das atividades de qualificação.
- Nenhum processo de regularização fundiária foi ajuizado no primeiro semestre de 2015. Entretanto, foram realizadas reuniões nos territórios rurais para o levantamento e organização de demandas, assim como foi acordado com a nova direção da Defensoria Pública do Paraná a continuidade da ação.
- A ação de fortalecimento de consórcios intermunicipais para a gestão de estradas rurais deverá ser iniciada somente após a aquisição das patrulhas rodoviárias e a seleção dos consórcios de municípios beneficiários. Por consequência, nenhum quilômetro de estrada foi adequado até o momento com recursos do Programa e, portanto, não foi identificado nenhum caso de reassentamento involuntário no âmbito da execução do Programa.¹
- Para a execução das ações relacionadas à gestão das estradas rurais, está em fase de elaboração o edital para licitação internacional para a aquisição de máquinas e equipamentos que compõem as patrulhas rodoviárias. Prevê-se a finalização do processo de aquisição das patrulhas e entrega das mesmas para o primeiro semestre de 2016.

¹ Maiores informações sobre "Reassentamento involuntário nas obras de adequação de estradas rurais" encontram-se no item 5.2.2 deste Relatório.

PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS

- A Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento ampliou a equipe de monitoramento e gestão do projeto com mais dois profissionais.
- Para a modernização da gestão em microbacias foi programada a melhoria da infraestrutura operacional no âmbito estadual, regional e municipal, com a aquisição de equipamentos de informática e outros. Esta meta deverá ser viabilizada no início de 2016 já que, em virtude de dificuldades operacionais – como reformulação e atualização das especificações técnicas, definição das quantidades dos itens, disponibilidade orçamentária, compatibilização da demanda das diferentes instituições beneficiárias e morosidade na tramitação do processo de aquisição –, não foi possível a concretização da mesma no primeiro semestre de 2015.
- A integração do sistema multifinalitário (cadastro multifinalitário) passará por reexame da proposta e especificações técnicas durante a avaliação de meio termo do Projeto.
- O cumprimento da meta de implantação do sistema de abastecimento de água consiste na perfuração dos poços e na instalação de infraestrutura para o fornecimento da água diretamente ao beneficiário. De acordo com este entendimento, verifica-se a execução de 185 poços perfurados e 54 sistemas de distribuição de água (29,2%) em operação até dezembro de 2014. No primeiro semestre de 2015 não foi perfurado nenhum novo poço. Contudo, foram iniciadas, pelo ITCG, atividades administrativas visando à licitação de novas obras de perfuração. E no sentido de buscar soluções para o aumento da efetividade da ação, cobrou-se das prefeituras a tomada de medidas para a instalação dos sistemas de distribuição de água. Nas obras realizadas até 2014 não foi verificado nenhum caso de reassentamento involuntário.²
- As atividades de qualificação para o cumprimento das metas foram sendo executadas em consonância com os objetivos do programa e de acordo com a demanda identificada no processo de implementação das demais ações do programa até dezembro de 2014. Entretanto, a oferta de capacitação em execução difere do inicialmente programado e descrito no Manual Operativo do Programa. Neste contexto, observou-se um descompasso relacionado ao cumprimento das metas, a exemplo dos cursos sobre geotecnologias, com carga horária e número de eventos menores e maior quantidade de participantes. A adequação do plano de qualificação à realidade da execução deverá ser objeto de análise na revisão meio termo.

² Maiores informações a respeito do tema "Reassentamento involuntário nas obras de construção de sistemas de abastecimento de água" encontram-se no item 5.2.2 deste Relatório.

- Os principais conteúdos tratados nas qualificações dos técnicos foram: orientações para o planejamento eficiente do território; conceitos de manejo e conservação de solos; gestão de água e biodiversidade; manejo integrado de pragas; agricultura conservacionista; agroecologia e técnicas de monitoramento ambiental.
- Até junho de 2015 foram cadastrados e avaliados pela Unidade Técnica do Programa 112 Planos de Ação de Microbacias distribuídos em 20 regiões administrativas da SEAB. A meta de 150 microbacias com Plano de Ação até fevereiro de 2016 está sendo perseguida e deverá ser cumprida.
- Os Planos das Microbacias são devidamente validados pelas comunidades, estabelecendo-se assim as referências para a gestão compartilhada e para a adoção de práticas conservacionistas. A Unidade Técnica do Programa organizou uma força-tarefa para analisar todos os 124 Planos de Ação das Microbacias recebidos (período 2015/2016).
- A meta do período referente ao indicador de Desembolso registrou um percentual de cumprimento acima de 100%, em face da formulação dos planos no período que antecedeu a assinatura do contrato. Até o final de 2016 deverá se buscar a meta de 150 Planos de Ação elaborados.
- A UTP solicitou ao Banco a ampliação do limite máximo de apoio por microbacia, de R\$ 170.000,00 para R\$ 210.000,00, a ser repassado aos municípios e produtores para implantação dos Planos de Ação. A alteração do valor será formalizada por ocasião da revisão do Manual Operativo.

2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - SETOR 2

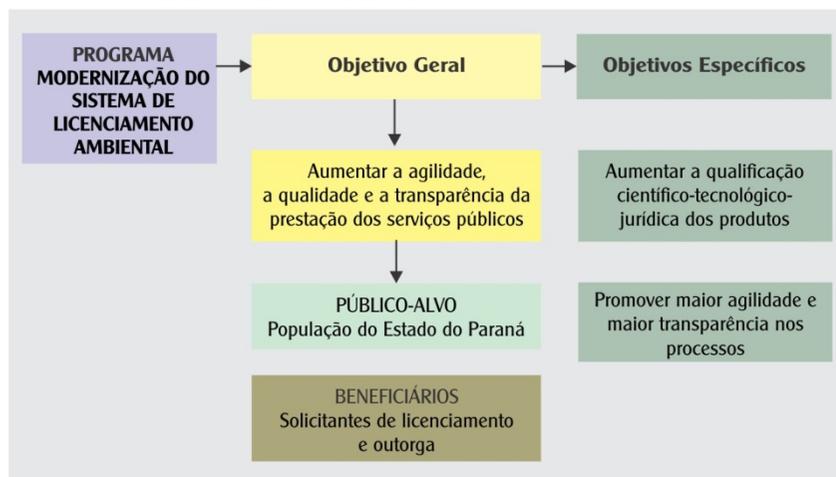
O setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres atuará em duas frentes: na modernização dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental e na reestruturação do sistema gestão, prevenção e resposta a riscos e desastres. O objetivo central é fortalecer a capacidade do Estado de atender às demandas dessa área. O setor organiza sua ação nos programas: Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, com ênfase na eficiência das práticas de licenciamento ambiental, e Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, visando melhorar a prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (tabela 2, diagramas 3 e 4).

TABELA 2 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - AGOSTO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2014) (B)	Executado no Período (jan./2015 a jun./2015) (C)	Saldo Total A-(B+C)	Falta Executar (B+C)/A (%)
3045/3035/3046 - Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	17.180.000	5.144.561	-	12.035.439	70,05
3044/3043/3036/3008 - Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	27.755.000	6.265.451	430.950	21.058.599	75,87
TOTAL	44.935.000	11.410.011	430.950	33.094.039	73,65

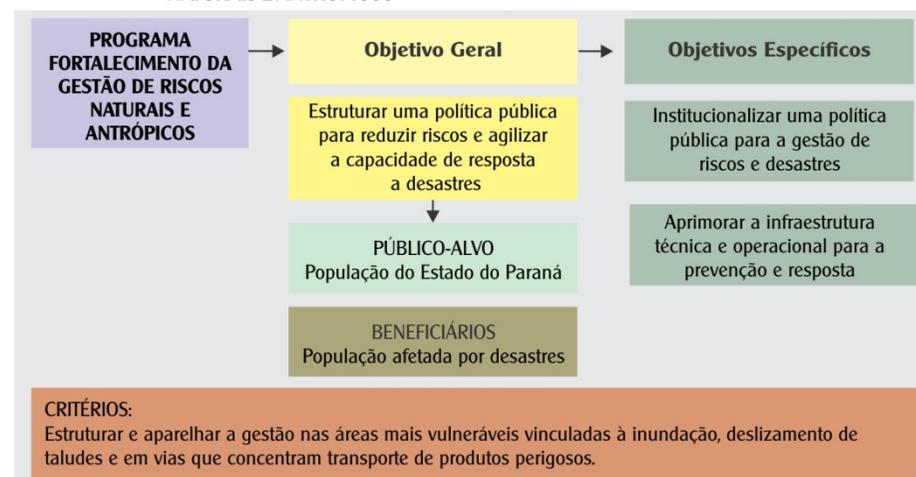
FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF (Dados Preliminares sujeitos ainda à apreciação e confirmação pelo Banco Mundial)

DIAGRAMA 3 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



FUNTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 4 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS



FUNTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico, foram definidos cinco indicadores de produto para o programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental visando à melhoria da tramitação dos processos de licenciamento e outorga. Em relação ao programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, foram formulados nove indicadores de produto objetivando aumentar a capacidade de prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (quadro 4).

O indicador de desenvolvimento do setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres corresponde ao percentual de cobertura das áreas do Estado mais expostas aos perigos naturais. No caso dos indicadores intermediários, constam dois indicadores dos respectivos programas; no tocante ao indicador de desembolso, constam dois indicadores (quadro 5).

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2015

continua

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
01 Sistema de Informações integrado	Texto	Sistema de Informação integrado em operação parcial em 20%	Não se aplica	Não se aplica	Sistema implantado	20
01 Sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando e 06 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá)	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de estruturação da rede de monitoramento do ar	Não se aplica
60 Estações pluvio-fluviométricas telemétricas instaladas, operando e com manutenção	Número	60	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de instalação das estações pluviométricas	100,00
5 Regiões do Estado com Balcões Únicos de Atendimento instalados e em funcionamento; Compilação da Legislação Ambiental	Número	0	2	0	Taxa de acesso ao sistema SEMA	0,00
22 Municípios com Descentralização Compartilhada de Licenciamento e Fiscalização	Número	13	17	16	Taxa de descentralização de licenciamento e fiscalização	94,12
Institucionalização do conselho estadual para a gestão de riscos e desastres ambientais	Texto	Conselho criado	Não se aplica	Não se aplica	Institucionalização do Conselho	100,00
Instrumento Legal que institui a Política Estadual	Texto	Não se aplica	Minuta de Lei que estabelece a Política e Plano de Gestão de Riscos e Desastres considerada satisfatória pelo Banco	Minuta de Lei satisfatória pelo Banco	Instrumento legal formalizado	50,00
1 Estudo técnico com cenários ambientais Paraná 2030 e 1 Plano de gestão de riscos hidrometeorológicos em áreas metropolitanas	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de instrumentos técnico-operacionais concluídos e/ou realizados	Não se aplica
Sistemas Autônomos de Previsão Hidrológica; Sistema de Processamento, Integração e Informações; Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva; Sistema de Mapeamento da Cobertura e Uso do Solo e Monitoramento Ambiental	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de sistemas para monitoramento e gestão	Não se aplica

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2015

conclusão

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS					
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
Mapa do Estado com identificação dos riscos de desastres	Percentual de cobertura das áreas mais expostas aos perigos naturais	4,96	10	4,96	Taxa de mapeamento de riscos de desastres	49,60
Sala de Monitoramento e Alerta de Desastres em funcionamento	Texto	Sala de situação para alerta hidrometeorológico implantado no AGUASPARANÁ	Não se aplica	Não se aplica	Sala de monitoramento e alerta de desastres em operação	Não se aplica
5 salas fixas e 5 salas móveis de Gerenciamento de Desastres Regionais; 1 sala fixa e 1 sala móvel de Gerenciamento de Desastres Central na coordenadoria da Defesa Civil	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de instalação de estrutura física	Não se aplica
Realização de cursos para representantes de 15 regionais da Defesa Civil	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de capacitação	Não se aplica
Plataforma VANT em operação para a coleta de dados em áreas de difícil acesso	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Plataforma VANT em funcionamento	Não se aplica

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

QUADRO 5 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2015

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 06/2015	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/06/2015		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Melhoria da identificação dos riscos e desastres	Percentual	4,96	10	Não se aplica	4,96	(1)49,6	Percentual de cobertura das áreas mais expostas aos perigos naturais.
Fortalecimento do monitoramento e gestão de riscos e desastres e sistema de alerta hidrometeorológico	Texto	Sala de situação para alerta hidrometeorológico implantado no AGUASPARANÁ	Compra de equipamentos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Aquisição e instalação dos equipamentos para Monitoramento de Riscos e Desastres e Sistema de Alerta, estabelecimento de uma Central de Gestão de Desastres.
Número de municípios autorizados por resolução do CEMA para a descentralização do licenciamento e da fiscalização ambiental	Número	Não se aplica	17	15	16	106,67	Número de municípios com sistema de licenciamento ambiental e sistema de monitoramento descentralizados.
Implementação de um subsistema de recursos hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	Texto	Subsistema de Recursos Hídricos com TdR 90% elaborado	Contrato assinado e mapeamento dos processos iniciado	Elaboração de Termos de Referência (TOR) para o desenho e implementação do subsistema e seus módulos	Termo de Referência elaborado	100,00	Termo de Referência para o desenho e implementação do Subsistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos.
Estabelecimento da Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	Texto	Não se aplica	Plano e Minuta de Lei que estabelece a Política considerada satisfatória pelo Banco	Minuta de Lei que estabelece a política considerada satisfatória pelo Banco	Minuta de Lei considerada satisfatória pelo Banco	100,00	Estrutura da Política; Plano Estadual de GRD.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

■ ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD

■ ID - Indicador de Desembolso

(1) % de desempenho calculado tendo em vista a meta para o ano de 2015 por não haver meta específica para o período.

CONTEXTO

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Para a implantação do Sistema de Informações integrado nas instituições ambientais, meta prevista para 2017, a Unidade Técnica do Programa está trabalhando em duas atividades: a) na elaboração do Termo de Referência que visa à contratação de consultoria para o desenvolvimento do módulo de Gestão de Recursos Hídricos, que será financiado com recursos do Programa; b) e, complementarmente, com recursos do Estado, por meio de parceria com a CELEPAR, no desenvolvimento e implantação dos módulos relativos ao Licenciamento Ambiental. Desta parceria resultou a implantação integral do módulo de Licenciamento Industrial (já incluindo a emissão automática da Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE) e parcial do módulo de Monitoramento Ambiental. Os módulos para Avicultura, Suinocultura, Comércio e Serviços estão em desenvolvimento, com implantação prevista para o segundo semestre de 2015.
- A meta de Compilação da Legislação Ambiental, prevista para o quarto ano do programa, será objeto de análise na avaliação de meio termo, tendo em vista dificuldades operacionais no seu cumprimento.
- Acordou-se durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 a exclusão do indicador intermediário "Número médio de dias para entrega de licenças de direito ao uso da água e ambientais para o agronegócio na região de Toledo" do Quadro de Resultados do Projeto. Na avaliação de meio termo do Projeto será discutido o indicador de resultado intermediário do Modelo Lógico "Redução do número médio de dias para a entrega de outorga prévia do direito de uso da água e licença prévia ambiental".
- Outro acordo obtido durante a missão do Agente Financiador do Projeto, realizada no início do segundo semestre de 2015, foi a alteração de estratégia para a descentralização compartilhada do licenciamento e fiscalização ambiental. Os municípios foram autorizados por Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA) a prestar tais serviços, sendo desnecessária a assinatura de convênios, conforme previsto durante a preparação do Projeto. Sendo assim, 16 municípios foram considerados habilitados para emitir licenças ambientais, assim como realizar a fiscalização ambiental.
- O indicador de desembolso "Número de regiões do Estado com balcões únicos instalados para acesso a serviços de licenciamento ambiental" foi substituído pela "Implementação de um subsistema de recursos hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos (SIGARH). Essa alteração foi acordada com o Banco durante a missão realizada em agosto e setembro de 2015 e registrada no contrato de empréstimo oficializado em 5 de janeiro de 2016.
- Os processos de aquisição, visando à modernização do sistema de licenciamento, relacionados à contratação de *softwares* para o SIGARH, medidores de vazão, estações de monitoramento do ar, melhorias na infraestrutura de trabalho da SEMA tiveram importantes avanços e deverão ser concluídos até dezembro de 2015 ficando sua operacionalização e implantação para início 2016.

PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS

- Entre a elaboração do desenho do Programa e o início de sua execução foi instituída a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Esta dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), e autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres (Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012).
- Conforme compromisso acordado com o Banco (Indicador de Desembolso), a CEPDEC trabalhou na elaboração e promulgação da Lei Estadual de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 18.519, de 23 de julho de 2015). Porém, a elaboração do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, também prevista como meta do indicador de desembolso, está paralisada até a publicação do Plano Nacional, evitando desacordos com as diretrizes e regulamentações nacionais. Frente à necessidade de alinhamento entre as metas do indicador e a regulamentação do Plano Nacional, a equipe do Banco, durante a missão realizada em agosto/setembro de 2015, optou por paralisar a atividade até que haja uma definição por parte do Governo Federal sobre o tema.
- Em complemento à elaboração da Lei e Plano de Defesa Civil, está em fase de desenvolvimento pelo Programa: a) contratação e implantação da sala de comando central e salas de comando regionais; b) cartografia da cobertura da terra no Paraná; c) mapeamento de riscos da Região Metropolitana de Curitiba; d) mapeamento de áreas inundáveis; e) inventário florestal do Estado do Paraná.
- Durante a missão do Banco realizada no início do segundo semestre de 2015 acordou-se que a unidade de medida do indicador de desenvolvimento setorial passa a ser o percentual de cobertura das áreas mais expostas aos perigos naturais. Na avaliação de meio termo do Projeto serão redimensionadas as metas previstas e realizadas deste indicador.

2.3 EDUCAÇÃO - SETOR 3

Com a educação assumida como bem público, cabe ao Estado assegurar a equidade no acesso à escola e garantir a permanência e a aprendizagem dos alunos. Os três programas do setor Educação contribuem para o cumprimento desse compromisso. O programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem enfrenta o problema da "insuficiência de informações necessárias para o direcionamento pedagógico sobre o desempenho dos alunos". O programa Formação em Ação visa à atualização e formação dos profissionais de educação. O programa Renova Escola

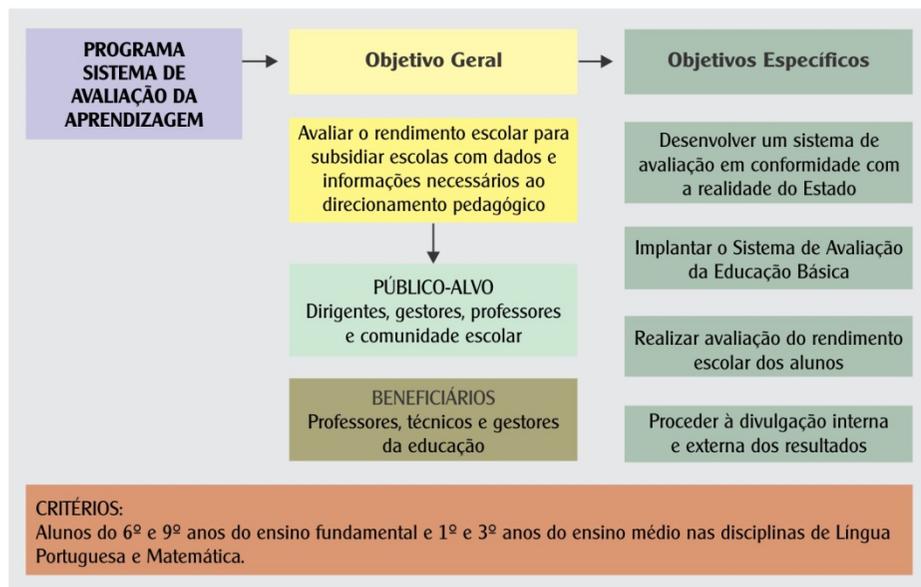
objetiva a melhoria do ambiente escolar, com a manutenção e conservação dos prédios escolares e a disponibilização de equipamentos e mobiliários (tabela 3 e diagramas 5, 6 e 7).

TABELA 3 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 3, EDUCAÇÃO - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - AGOSTO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2014) (B)	Executado no Período (jan./2015 a jun./2015) (C)	Saldo Total A-(B+C)	Falta Executar (B+C)/A (%)
3018 - Sistema de Avaliação da Aprendizagem	15.422.800	8.771.855	-	6.650.945	43,12
3017 - Formação em Ação	95.990.670	22.812.862	9.737.972	63.439.835	66,09
4094 - Renova Escola	261.652.550	130.566.789	8.083.775	123.001.986	47,01
TOTAL	373.066.020	162.151.507	17.821.747	193.092.766	51,76

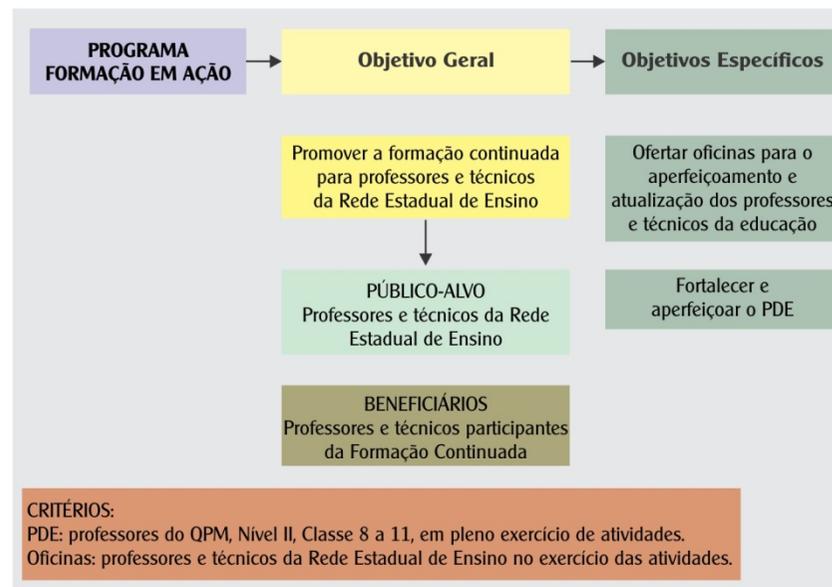
FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF (Dados Preliminares sujeitos ainda à apreciação e confirmação pelo Banco Mundial)

DIAGRAMA 5 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM



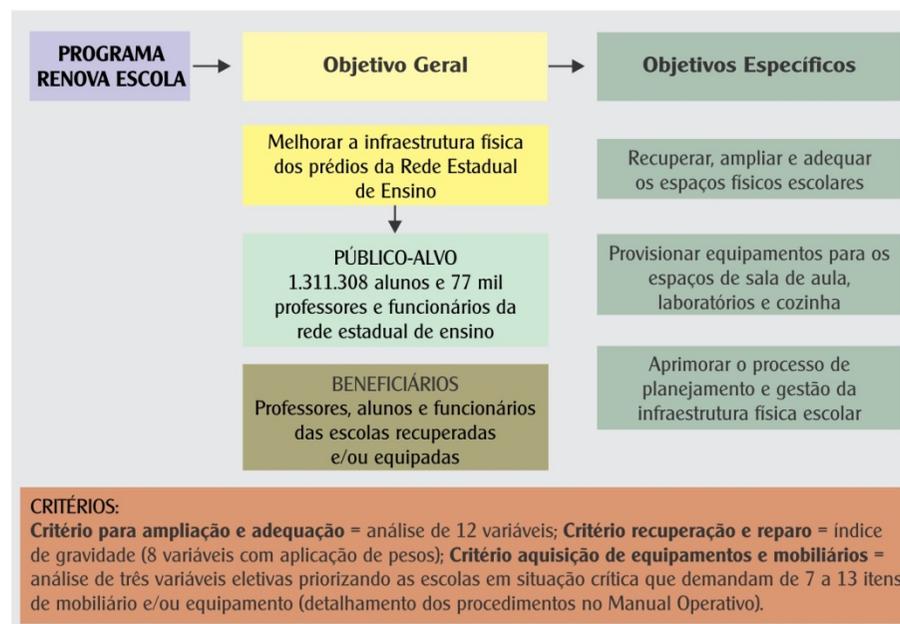
FUNTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 6 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO



FUNTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 7 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Nos modelos lógicos construídos para os três programas do setor Educação, foram definidos cinco indicadores de produto para o programa Sistema de Avaliação de Aprendizagem, que pretende subsidiar o direcionamento pedagógico da escola. Cinco indicadores de produto para o programa Formação em Ação, com vistas à promoção do aperfeiçoamento profissional de professores e técnicos da educação. E, para o Renova Escola, três indicadores de produto direcionados à melhoria das condições de infraestrutura física das escolas (quadro 6).

No quadro 7 consta um indicador de desenvolvimento relativo ao setor Educação, três indicadores intermediários e três indicadores de desembolso.

QUADRO 6 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - MODELO LÓGICO - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2015

continua

PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 5 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
Núcleo Estadual de Avaliação em funcionamento	Texto	Coordenação composta de 6 pessoas	Instalação do núcleo: 4 pessoas designadas para constituir o núcleo	Coordenação composta de 5 pessoas	Implantação do núcleo	100,00
Sistema de Avaliação da Educação Básica operando	Número	1	1	Não se aplica	1 Sistema	100,00
Matrizes de referência elaboradas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para a avaliação	Número	2	Não se aplica		2 Matrizes	100,00
Avaliação anual de 500 mil alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	Número	Não se aplica	1.000.000	0	Taxa de alunos avaliados	68,30
Resultados das 8 avaliações publicados e divulgados	Número	Divulgação de resultado de 3 avaliações de 2 disciplinas e elaboração de 18 revistas para divulgação dos resultados	Realização da quarta avaliação	Não se aplica	Taxa de resultados publicados e divulgados	75,00
PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 6 - FORMAÇÃO EM AÇÃO					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
5.300 Oficinas anuais realizadas em 32 NRE sobre conteúdos das 14 disciplinas curriculares e outros temas para professores e técnicos	Número	5.157	5.300	⁽¹⁾ 3.148	Taxa de realização de oficinas	⁽¹⁾ 59,4
	Número	29.729	26.001	⁽¹⁾ 28.075	Taxa de participação dos técnicos em oficinas de capacitação	⁽¹⁾ 107,98
	Número	79.443	60.476	⁽¹⁾ 60.679	Taxa de participação dos professores em oficinas de capacitação	⁽¹⁾ 100,34
2.000 Vagas anuais ofertadas para o aperfeiçoamento técnico- pedagógico (8.000 mil professores) para uma formação continuada de 2 anos em articulação com as universidades públicas do Estado - PDE	Número	6.040	4.000	0	Taxa de vagas ofertadas no PDE	151,00
7.390 Professores formados por meio do Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE	Número	5.841	4.030	331	Taxa de conclusão	153,15
Aplicação de 4.000 propostas didático-pedagógicas do PDE nas escolas	Número	3.187	2.000	Não se aplica	Taxa de escolas com propostas pedagógicas do PDE aplicadas	159,35
7.600 Artigos científicos publicados e 6.920 materiais didático-pedagógicos produzidos	Número	5.750	3.930	138	Taxa de publicação de artigos	146,31
	Número	5.000	3.460	180	Taxa de produção de materiais	144,51

QUADRO 6 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - MODELO LÓGICO - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2015

conclusão

PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 7 - RENOVA ESCOLA					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino	Número	1	Não se aplica	1	Documento técnico com o resultado da aplicação dos critérios	100,00
Escolas da Rede Estadual reformadas ou ampliadas	Número	287	205	(2)28	Taxa de escolas reformadas e/ou ampliadas	153,66
Equipamentos e mobiliários adquiridos	Número	719	500	84	Taxa de escolas equipadas e mobiliadas	160,60

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

(1) % de desempenho calculado tendo em vista os resultados obtidos apenas no semestre por tratar-se de meta não cumulativa.

(2) Dado preliminar.

QUADRO 7 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - MODELO LÓGICO - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2015

continua

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 06/2015	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/06/2015		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/ FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Taxa de sobrevivência das séries finais do ensino fundamental	Percentual	84,2	Não se aplica	Não se aplica	Dado a ser disponibilizado em jan./2016	Não se aplica	Relatório da equipe executora do Programa elaborado a partir dos dados do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) e dados do Censo Escolar.
Número de professores formados por meio do Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE	Número	5.841	4.030	Não se aplica	6.172	(1)153,15	Relatório de M&A do Projeto e lista de professores formados por meio dos cursos oferecidos pelo PDE.
Fortalecimento da capacidade da SEED no monitoramento e avaliação de programas de formação continuada de professores	Número	Não se aplica	Relatório de Avaliação Intermediária do PDE	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Relatório de M&A do Projeto.
Melhoria da gestão de infraestrutura física das escolas da SEED/SUDE	Texto	Módulos de diagnóstico e planejamento de obras desenvolvidos pela CELEPAR	Desenvolvimento do módulo de acompanhamento e execução das obras	Não se aplica	Homologado em abril de 2015 o módulo de diagnóstico e planejamento de obras	(1)50,00	Cópia do contrato da consultoria. Relatórios de: concepção do Sistema, implantação do Sistema de forma piloto na sede da SEED e NR de Curitiba, e implantação do Sistema na sede da SEED e em todos os NR.

QUADRO 7 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - MODELO LÓGICO - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2015

conclusão

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 06/2015	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/06/2015		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/ FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Professores que atuam em escolas indígenas capacitados	Número	437	557	Não se aplica	554	99,46	Relatório do Programa Formação em Ação contendo o número de professores que compõem o quadro de pessoal das escolas indígenas e o número e tema das oficinas, e ainda o número de professores que atuam na educação escolar indígena participantes das oficinas por núcleo regional de educação.
Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem instalado e operando	Número	Realização de 3 avaliações	Realização da quarta avaliação	Não se aplica	Não se aplica	(1)75,00	Avaliação: relatório da SEED incluindo o número de escolas, alunos, resultados da avaliação, etc. Publicação e disseminação: relatório e publicação.
Percentual de professores participando de oficinas para troca de experiências	Percentual	85%	85%	85	85	100,00	Média do número de professores que participaram das oficinas no semestre anterior e no semestre de referência do relatório, dividido pela média do número de professores em exercício inscritos na folha de pagamento nos meses em que foram realizadas as oficinas, multiplicado por 100.
Números de escolas da Rede Pública Estadual reformadas ou ampliadas	Número	287	205	160	315	196,88	Reforma e/ou ampliação: Obras concluídas com certificado assinado pelo Secretário da Educação.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

- ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD
- IS - Indicador Social
- ID - Indicador de Desembolso

(1) % de desempenho calculado tendo em vista a meta do ano e os resultados acumulados, por não haver metas específicas para o período.

CONTEXTO

PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- O núcleo estadual de avaliação, com a atribuição de implementar o sistema de avaliação, está em funcionamento como uma Coordenação de Planejamento e Avaliação. Esta Coordenação foi institucionalizada em 2012, no âmbito da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais.
- O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) foi concebido e implantado em 2012, com o objetivo de produzir informações para monitorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.
- Para estruturar e operacionalizar o sistema, foi contratada a assessoria técnica especializada da Fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, em virtude de sua reconhecida experiência em avaliações de desempenho da aprendizagem.
- No período 2012-2013 foram realizadas três avaliações censitárias com a aplicação de testes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo a primeira em novembro de 2012 (9º ano do ensino fundamental e 3º e 4º anos do ensino médio), a segunda em abril de 2013 (6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio) e a terceira em outubro de 2013 (9º ano do ensino fundamental e 3º e 4º anos do ensino médio), totalizando 683.041 alunos avaliados.
- Em discussão com o Banco, durante a missão realizada em agosto/setembro de 2015, ficou acordado que as avaliações do SAEP serão realizadas nos anos pares, intercaladas com os anos de aplicação da Prova Brasil, devendo essa decisão ser oficializada na revisão de meio termo do Projeto. Mesmo assim, já está decidido que no ano de 2015 não haverá avaliação, sendo assumido como fato o não atingimento da meta do indicador prevista para o ano. Entretanto, a 4ª avaliação do SAEP está prevista para março de 2016 para o 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e para o final do mesmo ano a realização da 5ª avaliação, envolvendo o 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio. A divulgação dos resultados está prevista para aproximadamente três meses após a realização das provas. Com esta programação, há a perspectiva de recuperar a meta atrasada do indicador em 2016.
- O Núcleo Estadual de Avaliação da SEED preparou um *folder* com orientações gerais sobre avaliação, numa linguagem acessível à comunidade escolar e também disponibilizou uma página na qual estão colocados *links* com os resultados das avaliações. Os resultados de participação e de proficiência dos alunos são disponibilizados para os estabelecimentos de ensino, no endereço eletrônico www.educacao.pr.gov.br/saep2012, por meio de *login* e senha. Neste acesso, a direção da escola obtém os resultados do desempenho de sua escola.

PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

- Dada a greve dos professores que ocorreu entre 9 de fevereiro a 9 de março, e 26 de abril a 9 de junho de 2015, as oficinas de capacitação dos professores previstas para o primeiro semestre de 2015 foram realizadas somente no mês de agosto. Contudo, a equipe do Banco, durante a missão realizada em agosto/setembro entendeu as justificativas da SEED e aceitou a meta do indicador como atingida.
- No portal Dia a Dia Educação, endereço eletrônico www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1371, o Programa Formação em Ação disponibilizou os materiais e orientações para a equipe pedagógica e de gestão realizarem as oficinas relativas à primeira etapa de 2015.
- Para o indicador de desembolso "Percentual de professores participando de oficinas para a troca de experiências", com o objetivo de aproximar o cálculo à realidade da execução, foi proposto e aceito pelo Banco na missão de março de 2015 um ajuste no protocolo de verificação do indicador. Desta forma, o cálculo do percentual de participação dos professores no primeiro semestre considerou a média do total de professores na folha de pagamento dos meses de outubro de 2014 e agosto de 2015 e a média das participações nas oficinas no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015.
- A partir da missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015, o indicador social "Professores que atuam em escolas indígenas capacitados" passou a compor o quadro de resultados do Projeto, portanto será acompanhado nos relatórios semestrais, conforme apresentado no quadro 07.
- O PDE é executado pela SEED em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, por meio das Instituições de Ensino Superior Estaduais. Esse programa selecionou 2.000 professores anualmente até 2014, que afastados das funções docentes realizam cursos e atividades de pesquisa e atualização pedagógica nas modalidades: presencial e a distância.
- A formação do PDE está organizada em três eixos: 1) atividades para promover a integração entre a teoria e a prática; 2) atividades de aprofundamento teórico; 3) atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico.
- A conclusão da turma PDE selecionada em 2014 estava prevista para dezembro de 2015, porém devido à paralização das universidades que faziam a orientação, esta turma concluirá somente em fevereiro de 2016 e a turma prevista para iniciar em fevereiro de 2015 iniciará somente em março de 2016, com previsão de conclusão em dezembro de 2017.
- Em julho de 2015 concluíram 306 professores da turma 2013 e outros 25 remanescentes das turmas anteriores, totalizando 6.172 concluintes. Com a turma que iniciará em 2016, e por isso passará a ser denominada Turma 2016, há a expectativa de atingir a meta prevista para o fim do projeto.

PROGRAMA RENOVA ESCOLA

- A execução do Plano de Adequação e Recuperação dos Prédios Escolares e Distribuição de Mobiliários e Equipamentos Escolares, para atender à necessidade permanente de manutenção e melhoria dos espaços escolares, foi iniciada no período que antecedeu a assinatura do Acordo de Empréstimo.
- Durante o primeiro semestre de 2015 foram atendidas 28 escolas, sendo que 2 foram beneficiadas com obras de ampliações. No que se refere aos reparos foram atendidas 26 escolas em três modalidades: 3 reparos centralizados, 22 reparos descentralizados e 1 reparo emergencial. As 28 obras propiciaram uma melhoria das escolas que atendem 125.181 alunos.
- As obras de reformas e reparos são majoritariamente executadas por meio da descentralização de recursos para a escola via fundo rotativo. Essa estratégia contribuiu significativamente para a superação das metas por agilizar os procedimentos de execução. Esse mecanismo de execução descentralizada possibilita a participação e compromisso da comunidade com a gestão escolar e o incremento na economia local.
- As metas do indicador de desembolso "Número de escolas da Rede Pública Estadual reformadas ou ampliadas" serão discutidas na revisão de meio termo do Projeto, tendo em vista que no segundo ano de execução do Projeto já foram atingidos 92,64% da meta prevista para 2017.
- Apesar dos avanços expressivos obtidos pelo Programa Renova Escola, o Banco, durante a missão realizada em agosto/setembro, considerou os dados apresentados pela SEED como preliminares, observando que a sindicância interna instalada para apuração das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado para o Exercício 2014 ainda não foi concluída. Mesmo assim, o Banco entendeu que a meta do indicador de desembolso foi ultrapassada, pois os resultados obtidos (315 obras) são bem superiores à meta prevista de 160 escolas reformadas e/ou ampliadas.
- A SEED, no primeiro semestre, também deu continuidade na distribuição dos mobiliários e equipamentos adquiridos constando os seguintes itens: 335 fogões industriais, 394 mesas de informática, 47 armários de aço, 45 arquivos de aço, 24 cadeiras giratórias e 21 carteiras específicas para deficientes.

2.4 SAÚDE - SETOR 4

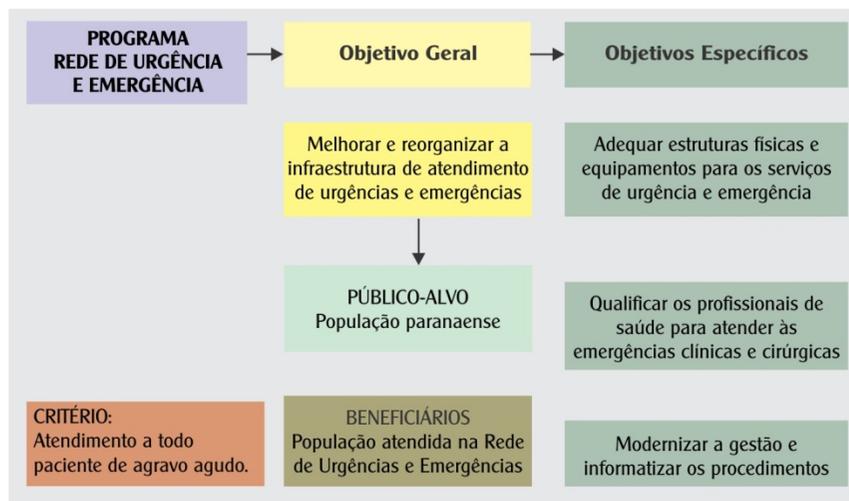
No contexto do projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, as ações do setor Saúde estão voltadas à redução da mortalidade materna e infantil, enfatizando-se a prestação de cuidados primários e especializados de qualidade para mulheres grávidas e crianças até um ano de vida (Rede Mãe Paranaense), bem como a redução da mortalidade por causas externas (Rede de Urgência e Emergência) – tabela 4, diagramas 8 e 9.

TABELA 4 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 4, SAÚDE - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - AGOSTO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2014) (B)	Executado no Período (jan./2015 a jun./2015) (C)	Saldo Total A-(B+C)	Falta Executar (B+C)/A (%)
4161 - Rede de Urgência e Emergência	357.209.420	255.055.797	67.627.778	34.525.846	9,67
4162 - Rede Mãe Paranaense	359.817.900	138.178.121	75.762.807	145.876.972	40,54
TOTAL	717.027.320	393.233.918	143.390.585	180.402.818	25,16

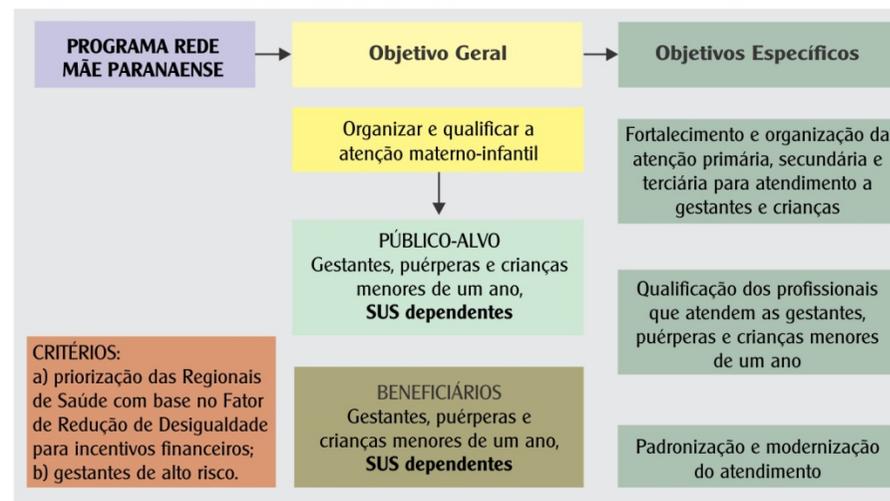
FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF (Dados Preliminares sujeitos ainda à apreciação e confirmação pelo Banco Mundial)

DIAGRAMA 8 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 9 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico foram definidos sete indicadores de produto para o programa Rede de Urgência e Emergência, com vistas à ampliação e melhoria do atendimento aos pacientes. O Programa Rede Mãe Paranaense, com nove indicadores de produto, pretende garantir qualidade no funcionamento da rede (quadro 8).

No quadro 9, consta um indicador setorial, dois indicadores de desembolso e dois de resultado intermediário dos programas.

QUADRO 8 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - MODELO LÓGICO - SETOR 4, SAÚDE - 2015

continua

PRODUTO	PGE 8 - PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA					
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
8 helipontos, 1 helicóptero e 80 ambulâncias disponibilizadas + 100 ambulâncias equipadas para o transporte intermunicipal	Número	1 heliponto em construção; 1 helicóptero e 1 avião em operação regular	3 helipontos e 1 helicóptero	1 heliponto em construção; 1 helicóptero e 1 avião em operação regular	Taxa de instalação de helipontos	0,00
	Número	202	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de disponibilização de ambulâncias	202,00
Aumento de 29% do total de 1.176 leitos de UTI (350 leitos) (200 leitos adultos, 50 leitos pediátricos, 100 leitos neonatais), 180 leitos de emergência e 40 salas cirúrgicas equipadas. Equipamentos para o SADT (3 tomógrafos, 7 RX digitais)	Percentual	30,87	30,87	31,95	Taxa de leitos de UTI	103,50
	Número	Não se aplica	60	0	Taxa de leitos de emergência	0,00
	Número	1	14	0	Taxa de salas cirúrgicas	7,14
Complexo regulador do SUS implantado, com sistema operacional de regulação	Texto	4	3	Meta cumprida	Taxa de implantação do complexo regulador	133,33
Atualização de protocolo assistencial	Texto	24	10	Meta cumprida	Taxa de hospitais com protocolos assistenciais atualizados	240,00
Incentivo financeiro implantado em 12 SAMUs Regionais e 20 hospitais	Número	24	20	24	Taxa de implantação de incentivo a hospitais	120,00
	Número	12	12	12	Taxa de implantação de incentivo a SAMUs Regionais	100,00
2 mil alunos capacitados em cursos de 12 a 60 horas	Número	4.673	800	730	Taxa de realização de capacitação	675,38
80% dos hospitais com dirigentes capacitados em cursos de especialização e capacitação gerencial (20 hospitais)	Percentual	85	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de capacitação de gestão dos hospitais	106,25

QUADRO 8 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - MODELO LÓGICO - SETOR 4, SAÚDE - 2015

conclusão

PRODUTO	PGE 9 - PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE					
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado De 01/15 a 06/15	Desempenho	
					Indicador	%
Aplicação do Fator de Redução das Desigualdades para hierarquização dos municípios	Texto	O fator de redução das desigualdades tem sido usado para alocação dos recursos aos municípios, conforme resolução SESA	Não se aplica	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	Municípios priorizados	100,00
180 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas	Número	Em processamento	60	Em processamento	Taxa de construção, reforma e/ou ampliação de UBS	-
180 UBS equipadas para atendimento (média de 60 por ano)	Número	225	60	29	Taxa de UBS equipadas	291,67
391 Municípios com incentivo financeiro para o atendimento nas APS	Número	391	391	0	Taxa de municípios atendidos com incentivo financeiro	100,00
30 mil profissionais da Atenção Primária à Saúde melhor qualificados	Número	36.800	30.000	860	Taxa de qualificação profissional	125,53
127.830 Gestantes com carteira nas UBS	Percentual	(1)102,55	30	83	Taxa de gestantes com carteira nas UBS	(2)276,67
127.830 crianças com carteira nas UBS	Percentual	88,95%	30	109	Taxa de crianças com carteira nas UBS	(2)364,13
127.830 Gestantes com classificação de risco na atenção primária	Percentual	61,3	30	69,2	Taxa de gestantes inscritas no SISPRENATAL com registro e classificação de risco	(2)230,67
127.830 Gestantes com atenção e referência hospitalar garantidas nas intercorrências e no parto	Percentual	61,3	15	69,2	Taxa de referência hospitalar para o parto	(2)461,33

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

(1) Resultado corrigido em relação ao relatório anterior.

(2) % de desempenho calculado tendo em vista os resultados obtidos apenas no semestre por tratar-se de meta não cumulativa.

QUADRO 9 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - SETOR 4, SAÚDE - 2015

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META ANUAL 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 06/2015	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/06/2015		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Redução da Taxa de mortalidade materna (número de mortes por 100 mil nascidos vivos)	Percentual	51,21	35	Não se aplica	37,55	107,29	Relatório da equipe executora do Programa elaborado a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade Materna.
Percentual de aumento do número de leitos de UTI habilitados no Estado do Paraná	Percentual	30,87%	30,87	Não se aplica	31,95	103,50	Relatório M&A do Projeto.
Avaliação do impacto da redução de partos prematuros em mulheres grávidas com <i>chlamydia</i> devido à aplicação de teste de detecção rápida de antígeno durante o pré-natal	Texto	Não se aplica	Termos de Referência preparados e aprovados pelo Banco	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Relatório da M&A do Projeto - Sistema de Informação Hospitalar.
Percentual de gestantes com alto risco de complicações no parto que foram referenciadas a um hospital participante da Rede Mãe Paranaense por Unidades Básicas de Saúde	Percentual	88,15	80	80	99,95	124,88	Relatório comparando os dados dos dois sistemas: Sistema de Informação de Pré-Natal (SIS-PRENATAL) e Sistema de Informação Hospitalar.
Proporção entre o número de nascidos vivos e o número de gestantes que passaram por mais de 7 consultas de pré-natal	Percentual	80,80	80	Não se aplica	87,00	107,67	Dados do sistema SIS-PRENATAL.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

- ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD
- ID - Indicador de Desembolso

CONTEXTO

PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- O resgate aeromédico em Londrina e Cascavel está implantado e vinculado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)/Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências (SIATE), incluindo o transporte aéreo de pacientes críticos com aeronave qualificada. A prestação de serviço de transporte aeromédico continuou sendo garantida no primeiro semestre de 2015 por meio da locação de uma aeronave e um helicóptero.
- Para a melhoria da qualidade do atendimento aeromédico continua em fase de construção o heliponto em Curitiba, no Hospital Cajuru.
- Foram adquiridas 202 ambulâncias já em 2013, um número maior que o inicialmente previsto para atender a integração municipal na rede de atendimento. Das ambulâncias adquiridas, 122 foram disponibilizadas para os municípios, 60 para o SIATE e 20 equipadas possibilitando aos hospitais realizarem o transporte intermunicipal. Com estes resultados atingiu-se 252,5% da meta global. Sendo assim, uma discussão a respeito dessa ação será realizada na revisão de meio termo do Projeto.
- A aquisição das ambulâncias viabilizou também a implantação e melhoria de 12 SAMUs Regionais: Litoral (Paranaguá); Metropolitano (Curitiba); Campos Gerais (Ponta Grossa); Guarapuava, Sudoeste (Pato Branco); Oeste (Cascavel); Foz do Iguaçu, Noroeste (Umuarama); Maringá, Norte (Londrina); Centro-Norte (Apucarana); Norte Pioneiro (Cornélio Procópio). Esta ação resultou no aumento da cobertura do SAMU para 72,43% dos municípios e 80% da população do Estado.
- Os investimentos priorizados em infraestrutura física anteciparam o cumprimento integral da meta de ampliação dos leitos de UTI adulta e neonatal, inicialmente prevista. Diante disso, durante a missão do Banco realizada em março de 2015 foram revistas as metas para o indicador de resultado intermediário. Contudo, estas deverão ser novamente discutidas na avaliação de meio termo do Projeto, considerando que os dados obtidos no primeiro semestre de 2015 equivalem a 70% da meta global.
- Os protocolos assistenciais foram atualizados para: traumas, cardiovascular e AVC, sendo que a estratégia de implantação ocorre por meio de cláusula de contrato no âmbito do HospSus, e há a qualificação permanente das equipes assistenciais para a utilização adequada desses protocolos. Esses protocolos foram implementados em 24 hospitais.
- Os cursos de qualificação realizados, para as equipes de assistência da Rede de Urgência e Emergência e para as equipes de Vigilância em Saúde, trataram principalmente dos processos de atendimento a urgência e emergência e da implantação dos protocolos assistenciais. A superação da meta global de qualificação em 270% é resultado do aumento da demanda decorrente da estruturação da rede por nível de atenção, que incluiu a participação nos cursos dos profissionais da APS. As metas para o cumprimento desse indicador serão redimensionadas na revisão de meio termo do Projeto.

PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE

- Para a melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde, a SESA tem repassado recursos aos municípios paranaenses, seja através de convênio ou por meio de repasse fundo a fundo, para apoiar a construção, a reforma, ou a ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Um acompanhamento detalhado a respeito do andamento de cada uma das obras está em curso pela SESA em conjunto com a SEPL/UGP.
- Os atrasos e interrupções no cronograma de pagamento para os hospitais e no repasse aos municípios para atenderem o custeio das unidades de atenção primária à saúde comprometeram o desempenho do programa. Tratativas junto à Secretaria de Estado da Fazenda estão sendo realizadas pela Unidade de Gerenciamento do Projeto e pela própria SESA para o equacionamento da questão.
- Para a qualificação da Rede Mãe Paranaense foram formatados cinco diferentes eventos, que envolveram 860 profissionais das 22 regionais de saúde, totalizando até o momento 37.660 profissionais capacitados.
- A estimativa inicial de 72 mil gestantes foi revisada considerando a base variável do número de gestantes. Assim, para o ano de 2015 o número de gestantes será de 127.830 para o cálculo da meta dos indicadores referentes às gestantes com carteiras, com classificação de risco e com referência hospitalar.
- Durante a missão do Banco realizada em março de 2015 foi revisada a meta do indicador de desembolso "Percentual de gestantes com classificação de alto risco de complicações no parto identificados, que foram referenciadas a um hospital participante da Rede Mãe Paranaense por Unidades Básicas de Saúde", considerando os resultados expressivos obtidos até dezembro de 2014 (88,15%).
- A meta do indicador de desembolso "Proporção entre o número de nascidos vivos e o número de gestantes que passaram por mais de 07 consultas de pré-natal" também foi revisada durante a missão de março. Porém, a meta do primeiro ano do Projeto foi mantida para 2015, pois foi avaliado que os patamares estabelecidos como linha de base (junho de 2012) já eram muito altos, o que dificulta o atingimento das metas.
- As alterações das metas dos indicadores de desembolso foram contempladas e incorporadas na revisão do contrato de empréstimo oficializada em 05 de janeiro de 2016.
- A superação da meta global de redução da taxa de mortalidade materna até dezembro de 2014 justificou a elevação das metas desse indicador. Os acordos obtidos com o Banco estão registrados na ajuda-memória da missão de março de 2015.

INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ

Para o Componente 2, os procedimentos de acompanhamento dos indicadores de execução física obedeceram uma lógica distinta, em razão da especificidade e da natureza das atividades desse componente, que contempla um conjunto de ações voltadas à modernização administrativa e apoio técnico e financeiro para o cumprimento de alguns objetivos relacionados aos programas do Componente 1. Constitui o setor 5 do projeto, denominado Gestão do Setor Público.

Neste componente, as ações são 100% custeadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Banco Mundial, no montante de US\$ 35 milhões, ficando esses recursos alocados na iniciativa orçamentária nº 3.016 da Administração Geral do Estado (AGE), sob a supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Os gastos serão realizados de acordo com programação, acordada com o Banco Mundial, sendo os processos desencadeados pelas solicitações das unidades envolvidas na execução do projeto e efetivados pela SEPL.

A modalidade de desembolso prevista para o Componente 2 é de adiantamento à conta designada; ou seja, o Estado solicita ao Banco recursos financeiros para iniciar os processos de aquisição e contratação. Assim, esses procedimentos foram adotados após a assinatura do acordo de empréstimo.

Ressalte-se que as ações do setor 5 não foram objeto de aplicação da metodologia do Modelo Lógico, em virtude do conteúdo das atividades, caracterizado pela transversalidade e apoio ao fortalecimento do planejamento, organização e gestão. As ações e os executores desse componente constam no quadro 10.

QUADRO 10 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA, AÇÕES E EXECUTORES - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2015

COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5, GESTÃO DO PODER PÚBLICO		
INICIATIVA PPA N.º	AÇÕES	EXECUTOR
3016 Administração Geral do Estado - AGE	Qualidade fiscal	SEPL, SEFA
	Modernização Institucional	SEPL, SEAP, IPARDES, CGE
	Gestão mais eficiente dos recursos humanos	SEPL e SEAP
	Apoio à agricultura de baixo impacto ambiental	SEPL e SEAB
	Apoio à modernização do licenciamento ambiental	SEPL, SEMA, IAP, ÁGUASPARANÁ, ITCG
	Apoio à gestão de riscos naturais e antrópicos	SEPL, SEMA, IAP, ÁGUASPARANÁ, ITCG, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL
	Educação	SEPL e SEED
	Saúde	SEPL e SESA

FONTE: SEPL - Manual Operativo do Projeto

EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para implementar as 30 ações previstas, a Unidade de Gerenciamento do Projeto, na condição de responsável por esse componente, em cooperação com os diversos executores, no período pós-assinatura do contrato, concentrou esforços técnicos e institucionais no trabalho de elaboração dos Termos de Referência exigidos para a realização das ações programadas. No quadro 11 estão relacionados os termos de referência e os processos de aquisição em tramitação, com um valor estimado de R\$ 128,5 milhões.

QUADRO 11 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SEGUNDO TERMOS DE REFERÊNCIA EM TRAMITAÇÃO – PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO DE 2015

continua

SUBCOMPONENTE	EXECUTOR	OBJETO	VALOR ESTIMADO (R\$)	TIPO	STATUS
Qualidade Fiscal (Subcomponente 2.1)	SEPL/SEFA	Sistema de Gestão Tributária - SGT	49.400.000,00	Licença de Sistema - Serviço	Avaliado pelo BIRD e Pendente de Ajuste do Edital LPI BIRD
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2)	SEPL/CGE	Seleção de consultoria para o desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação para a integração dos Sistemas de Controle Interno, Sistema de Ouvidoria, Sistema de Corregedoria e Sistema de Transparência e Acesso a Informação	4.359.647,50	Seleção de consultoria	Aprovado pelo BIRD - SDP. A solicitação de propostas será enviada às empresas da lista curta
	SEPL	Aquisição de equipamentos de informática (SEAP, SEPL, IPARDES, CGE e SESA)	5.200.000,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Relatório da Licitação em análise com equipe do Banco
		Aquisição de mobiliário e divisórias (SEAP e IPARDES)	857.076,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Edital pendente de ajustes com a SEAP
		Aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos (SEAP e IPARDES)	272.170,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Edital em avaliação com equipe do Banco
	SEPL/SEAP	Seleção de consultoria para estudo de modelo ideal para composição e dimensionamento da frota de veículos oficiais do Estado do Paraná	1.377.423,45	Seleção de consultoria	Banco aprovou divulgação da SMI
		Serviços de atualização do cadastro imobiliário do Estado do Paraná	9.600.000,00	Contratação de serviços	Em fase de homologação na SEPL (Valor R\$ 14.500.000,00)
	SEPL/IPARDES	Contratação de consultoria individual para Assessoramento Técnico para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, na execução da Avaliação de Impacto da Ação de Regularização Fundiária	100.000,00	Consultor individual	TdR em avaliação na SEPL
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2) - Desenvolvimento Regional	SEPL/SEPL	Seleção de consultoria para elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Estado do Paraná	3.738.094,92	Seleção de consultoria	SMI - divulgada (formação de lista curta) - finalizando SDP e relatório para envio ao Banco
		Seleção de consultoria para elaboração dos Planos Setoriais de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Londrina: Eixo Apucarana – Cornélio Procópio	3.584.326,79	Seleção de consultoria	SMI - divulgada em dez./2015
Gestão de Recursos Humanos Mais Eficiente (Subcomponente 2.3)	SEPL/SEAP	Seleção de consultoria para capacitação estratégica dos quadros públicos do Estado do Paraná, nas modalidades presencial e a distância	7.881.974,10	Seleção de consultoria	Em fase de negociação de contrato - (Valor R\$ 4.899.999,96)
		Seleção de consultoria para elaboração de Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná	3.932.607,05	Seleção de consultoria	Avaliado pelo Banco - aguardando agendamento de videoconferência com especialistas
		Seleção de consultoria para desenvolver um modelo de gestão de segurança e saúde ocupacional para os servidores públicos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná	3.432.558,87	Seleção de consultoria	Pendente de ajustes na SEAP
		Seleção de consultoria especializada para desenho de modelos de sistemas de saúde complementar, para os servidores públicos do Estado do Paraná SAS	1.639.375,92	Seleção de consultoria	Termo de Referência em avaliação na SEPL

QUADRO 11 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SEGUNDO TERMOS DE REFERÊNCIA EM TRAMITAÇÃO – PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO DE 2015

continua

SUBCOMPONENTE	EXECUTOR	OBJETO	VALOR ESTIMADO (R\$)	TIPO	STATUS
Gestão de Recursos Humanos Mais Eficiente (Subcomponente 2.3)	SEPL/SEAP	Governo sem papel. Esse projeto fará parte do Programa Estadual de Desburocratização instituído pelo Decreto n.º 28/2015 e terá abrangência em todo o Estado. Especificamente no âmbito do Departamento Estadual de Arquivo Público: Gestão eletrônica de documentos – Aquisição de equipamento para digitalização	1.100.000,00	Aquisição de bens - Material Permanente - Investimento	Edital em avaliação na SEPL
		Governo sem papel. Esse projeto fará parte do Programa Estadual de Desburocratização instituído pelo Decreto n.º 28/2015 e terá abrangência em todo o Estado. Especificamente no âmbito do Departamento Estadual de Arquivo Público: Gestão eletrônica de documentos – contratação de serviço especializado em digitalização	2.500.000,00	Contratação de serviços	Edital em avaliação na SEPL
Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (Subcomponente 2.5)	SEPL/SEMA	Seleção de consultoria para desenvolvimento do sistema de informações para gestão ambiental e de recursos hídricos – SIGARH, composto pelo subsistema de cadastro de recursos hídricos (CRH), subsistema de monitoramento de recursos hídricos (SMRH) e o subsistema de gestão de bacias hidrográficas - SGBH	8.796.208,80	Seleção de consultoria	Relatório de formação de lista curta e SDP em avaliação pelo BIRD
		Seleção de empresa especializada para implantar a infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA)	3.800.000,00	Seleção de consultoria	Termo de Referência em avaliação no Banco
Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (Subcomponente 2.6)	SEPL/SEMA	Seleção de consultoria em engenharia especializada em cartografia e sensoriamento remoto para elaboração de Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra	3.567.310,10	Seleção de consultoria	Em fase de avaliação das empresas que irão compor a lista curta
		Elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Inundações na Região Metropolitana de Curitiba e nos municípios de Francisco Beltrão e Morretes	3.017.839,29	Seleção de consultoria	Pendente de ajustes da SEMA desde março de 2015
	SEPL/ DEFESA CIVIL	Seleção de consultoria para concepção de sistema local de alerta precoce de potenciais desastres naturais	600.000,00	Seleção de consultoria	Pendente de ajustes junto à Defesa Civil
Saúde (Subcomponente 2.8)	SEPL/SESA	Curso de capacitação em gestão hospitalar	2.149.850,46	Seleção de consultoria	Em desenvolvimento na SESA
		Seleção de consultoria para estudar o impacto da introdução do implante anticoncepcional nas adolescentes e usuárias de drogas, no período pós-parto imediato e naquelas que tiverem interesse no uso do método para evitar gravidez precoce, e como consequência interferir no indicador de morte infantil	1.884.815,00	Seleção de consultoria	Em desenvolvimento na SESA
		Reanimação - Contratação da SBP/SPP para capacitar profissionais médicos e enfermeiros para a atenção qualificada e resolutiva do recém-nascido, por meio da realização de 10 cursos nas 4 macrorregiões de Saúde do Estado	500.000,00	Contratação direta	Em desenvolvimento na SESA

SUBCOMPONENTE	EXECUTOR	OBJETO	VALOR ESTIMADO (R\$)	TIPO	STATUS
Saúde (Subcomponente 2.8)	SEPL/SESA	Contratação de consultor para elaboração do projeto executivo da tutoria na APS, capacitação dos tutores e monitoramento do projeto	1.850.000,00	Seleção de consultoria	Termo de Referência em avaliação na SEPL
		Curso de ACLS – Advanced Cardiac Life Support, curso teórico-prático para profissionais médicos e enfermeiros de protocolo de atendimento pré e intra-hospitalar (10 cursos)	423.360,00	Contratação de serviços	Em desenvolvimento na SESA
		Realizar curso de capacitação em Advanced Life Support In Obstetrics – ALSO para os médicos e enfermeiros representantes de hospitais que integram o Programa e/ou que atendam na Rede Mãe Paranaense	1.275.652,00	Contratação direta	Especificação em avaliação na SEPL
		Curso de Advanced Trauma Life Support – ATLS, curso teórico-prático para profissionais médicos com simulações realísticas e treinamento de habilidades para aplicação de protocolo de atendimento ao paciente vítima de trauma, reconhecido pelas sociedades de especialidades internacionais e validado pelo Comitê de Trauma do Colégio Americano dos Cirurgiões	580.000,00	Contratação de serviços	Pendente de ajustes junto à SESA
		Curso de PALS – Suporte Avançado de Vida em Pediatria - curso teórico-prático para profissionais médicos e enfermeiros de emergência, atuantes nos Serviços de Emergência pré-hospitalar/SAMU/SIATE	560.000,00	Contratação de serviços	Pendente de ajustes junto à SESA
		Curso de PHTLS – Prehospital Trauma Life Support - Curso teórico-prático para profissionais médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores de veículos de emergência, atuantes nos Serviços de Emergência pré-hospitalar/SAMU/SIATE	550.000,00	Contratação de serviços	Pendente de ajustes junto à SESA
TOTAL em real			R\$ 128.530.290,25		
TOTAL em dólar			US\$ 31.760.184,40		

FONTE: SEPL/CDG/UGP – Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Cotação do dólar R\$ 4,069 em 07/01/2016 - Banco Central do Brasil.

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No quadro 12 constam os indicadores de monitoramento do setor 5 - Gestão do Setor Público, relacionados à Qualidade Fiscal, Modernização Institucional e Gestão Estratégica e Eficiente dos Recursos Humanos, com metas transversais identificadas como imprescindíveis para a construção do "novo jeito de governar", com foco nos resultados e em consonância com as demandas da sociedade. Os indicadores das ações Apoio à Modernização do Licenciamento Ambiental, Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde foram objeto de acompanhamento no respectivo setor, uma vez que se referem a metas para o cumprimento dos objetivos dos programas setoriais.

QUADRO 12 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2014

continua

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META ANUAL 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 06/2015	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/06/2015		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Melhorar as competências essenciais dos servidores civis	Texto	Não se aplica	Contratação de consultoria para treinamento estratégico dos servidores civis contratados	Contratação da consultoria para treinamento estratégico dos servidores civis contratados	0	0,00	Desembolso 4 - Contrato Desembolso 5 - Plano de Desenvolvimento de Competências Desembolso 6 - Número de servidores civis treinados, apresentado por gênero Desembolso 7 - Número de servidores treinados, apresentado por gênero, não acumulado com as metas do período anterior
Fortalecimento do Controle Interno	Texto	Termo de Referência já finalizado e aprovado pelo Banco. Em fase de tramitação da Manifestação de Interesse para formação da lista curta	Relatório de análise da capacidade das funções do Controle Interno	Não se aplica	0	0,00	Desembolso 2 - TORs Desembolso 3 ou 4 - Contrato de consultor Desembolso 4 e 5 - Relatório de análise Desembolso 6 - Plano Estratégico Desembolso 7 - Sistema de Informação implantado
Fortalecimento da Capacidade do Estado para elaboração de políticas públicas de forma fundamentada	Texto	Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis finalizados (Total de 09 cadernos) Proposta de avaliação de impacto para a Ação de Regularização Fundiária do PRÓ-RURAL e proposta de avaliação de impacto do Programa Rede Mãe Paranaense elaboradas	Relatório de linha de base da Avaliação de Regularização Fundiária concluído	Relatório de linha de base da Avaliação de Regularização Fundiária concluído	Relatório de linha de base da Avaliação de Regularização Fundiária concluído	100,00	Desembolso 2 - Relatório com Modelos Lógicos Desembolso 3 - Relatório com a proposta Desembolso 4 - Relatórios de Linha de Base Desembolso 5 - Relatórios de alcance dos indicadores de resultado Desembolso 6 - Relatório de Progresso Desembolso 7 - Relatório com recomendações

QUADRO 12 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2014

conclusão

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META ANUAL 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 06/2015	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/06/2015		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Revisão dos processos de gestão fiscal	Texto	A SEFA desenvolveu e apresentou uma proposta englobando parte dos objetos dos TORs relativos à coleta de ITCMD e IPVA, e encaminhou ao Banco obtendo não objeção técnica. No momento o termo de referência encontra-se com a SEFA para ajustes solicitados pela ares de aquisições do Banco	Relatório de Progresso da Consultoria e proposta de Plano de Ação para a revisão dos processos de cobrança de impostos	Relatório de Progresso da Consultoria e proposta de Plano de Ação para a revisão dos processos de cobrança de impostos	Elaboração por servidores da SEFA de 21 diagramas contendo o mapeamento dos processos existentes e proposições de melhorias para a gestão fiscal no Estado	100,00	Desembolso 4 - Relatório de Progresso; Desembolso 5 - Plano de Ação; Desembolso 6 - Relatório de Progresso do Plano de Ação; Desembolso 7 - Relatório de Progresso de Plano do Ação
Receita de impostos em atraso recebidos em relação ao total de impostos em atraso	Percentual	3,22	0,8	Não se aplica	Não se aplica	(1)24,84	O percentual de receita recebida de impostos em atraso em relação ao total de impostos em atraso é calculado usando dados do balanço anual do Estado. O numerador é a soma da Dívida Ativa Tributária e Dívida Não Tributária e o denominador é o Estoque da Dívida Ativa
Desenvolvimento e implementação de uma política de saúde ocupacional	Texto	Não se aplica	Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e definição de áreas prioritárias para intervenção	Não se aplica		0 0,00	Documento contendo a Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e as áreas prioritárias para intervenção

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

 ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial

 IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD

 ID - Indicador de Desembolso

(1) % de desempenho calculado tendo em vista a meta do ano por não haver meta específica para o período.

O acompanhamento financeiro obedece a estrutura do financiamento do projeto. Uma linha de financiamento denominada Programas de Gastos Elegíveis (PGE) corresponde às ações do Componente 1, com condicionantes de desempenho para o desembolso. A segunda linha de financiamento está relacionada às ações de Assistência Técnica do Componente 2, financiado 100% pelo BM.

As informações financeiras para esse relatório referem-se à execução do primeiro semestre de 2015 do Projeto e, por ainda não terem sido aprovadas pelo Banco Mundial, são consideradas dados preliminares sujeitos a ajustes.

As novas regras que serão utilizadas para este desembolso foram discutidas com o Banco Mundial, SEAIN e PGFN, e oficializadas por meio da reformulação do Acordo de Empréstimo e da Carta de Desembolso, cuja discussão foi iniciada em 2015 e concluída em 5 de janeiro de 2016.

PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS

Período: 01 de janeiro a 30 de junho 2015

O período de 01 de janeiro a 30 de junho 2015 refere-se à prestação de contas para a comprovação dos critérios relativos ao quarto desembolso do projeto e consolida a execução financeira. A demonstração financeira desta prestação de contas tem como parâmetros os instrumentos do Acordo de Empréstimo: regras de execução física e financeira e cronograma da Carta de Desembolso assinada em 5 de janeiro de 2016.

No primeiro semestre de 2015, os pagamentos registrados nos PGEs totalizaram cerca de R\$ 167,99 milhões, equivalente a aproximadamente US\$ 54 milhões. Os programas da Secretaria de Estado da Saúde contribuíram com mais de 85% do desempenho financeiro do período (quadro 13).

QUADRO 13 - DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 30 DE JUNHO 2015

NOME E NÚMERO DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	Previsto Total (R\$)	Executado R\$ Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2014)	Executado US\$ Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2014)	Executado no Período R\$ (jan./2015 a jun./2015) ⁽¹⁾	Executado no Período US\$ (jan./2015 a jun./2015)	Saldo Total a Executar R\$	(B+D)/A (%)
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	A-(B+D)	
Desenvolvimento Econômico Territorial PRÓ-RURAL - 3028/3033/3034	130.870.902	6.765.664	3.062.807	4.057.559	1.312.764	120.047.678	91,73
Gestão de Solos e Água em Microbacias - 3027/3029/3037	90.580.311	39.671.475	17.494.924	2.289.004	723.339	48.619.831	53,68
Subtotal	221.451.213	46.437.140	20.557.731	6.346.563	2.036.103	168.667.510	76,16
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental - 3045/3035/3046	17.180.000	5.144.561	2.288.082	0	0	12.035.439	70,05
Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos - 3044/3043/3036/3008	27.755.000	6.265.451	2.854.193	430.950	138.190	21.058.599	75,87
Subtotal	44.935.000	11.410.011	5.142.275	430.950	138.190	33.094.039	73,65
Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem - 3018	15.422.800	8.771.855	4.103.894	0	0	6.650.945	43,12
Programa Formação em Ação - 3017	95.990.670	22.812.862	10.153.836	9.737.972	3.144.129	63.439.835	66,09
Programa Renova Escola - 4094	261.652.550	130.566.789	58.971.351	8.083.775	2.670.749	123.001.986	47,01
Subtotal	373.066.020	162.151.507	73.229.082	17.821.747	5.814.877	193.092.766	51,76
Rede de Urgência e Emergência - 4161	357.209.420	255.055.797	113.244.654	67.627.778	21.917.136	34.525.846	9,67
Rede Mãe Paranaense - 4162	359.817.900	138.178.121	61.042.775	75.762.807	24.131.604	145.876.972	40,54
Subtotal	717.027.320	393.233.918	174.287.429	143.390.585	46.048.740	180.402.818	25,16
TOTAL GERAL	1.356.479.553	613.232.576	273.216.516	167.989.845	54.037.910	575.257.132	42,41

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF

(1) Total de valores pagos correspondente ao período de 01/01/2015 a 30/06/2015.

Do total dispendido (despesas realizadas) foi considerado como valor elegível pago (financiável), no período em análise, US\$ 39 milhões, conforme discriminado por PGEs e Executor no quadro 14.

QUADRO 14 - DESPESAS CONSIDERADAS ELEGÍVEIS NO PERÍODO DE 1.º DE JANEIRO A 30 DE JUNHO 2015

Despesas realizadas no período de 01/01/2015 a 30/06/2015

SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL						
Nome do Programa	Órgão Responsável	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Pago no Período (US\$)	Valor Pago Financiável no Período (R\$)	Valor Pago Financiável no Período (US\$)
Desenvolvimento Econômico Territorial - PRÓ-RURAL	SEAB	3028	825.000,00	267.457,69	825.000,00	267.457,69
	EMATER	3033	2.517.279,22	816.642,77	2.506.809,50	812.993,46
	ITCG	3034	715.279,84	228.663,66	715.279,84	228.663,66
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	3027	216.654,62	69.082,54	216.654,62	69.082,54
	EMATER	3029	50.464,55	16.594,12	32.066,55	10.312,79
	AGUASPARANÁ	3037	2.021.885,10	637.662,16	2.021.885,10	637.662,16
Total de Despesas Elegíveis do Setor 1			6.346.563,33	2.036.102,94	6.317.695,61	2.026.172,30
SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES						
Nome do Programa	Órgão Responsável	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Pago no Período (US\$)	Valor Pago Financiável no Período (R\$)	Valor Pago Financiável no Período (US\$)
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	SEMA	3045	-	-	-	-
	IAP	3035	-	-	-	-
	AGUASPARANÁ	3046	-	-	-	-
Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	IAP	3044	-	-	-	-
	SEMA	3043	430.949,96	138.190,08	430.949,96	138.190,08
	AGUASPARANÁ	3036	-	-	-	-
	DEFESA CIVIL	3008	-	-	-	-
Total de Despesas Elegíveis do Setor 2			430.949,96	138.190,08	430.949,96	138.190,08
SETOR 3 - EDUCAÇÃO						
Nome do Programa	Órgão Responsável	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Pago no Período (US\$)	Valor Pago Financiável no Período (R\$)	Valor Pago Financiável no Período (US\$)
Sistema de Avaliação da Aprendizagem	SEED	3018	-	-	-	-
Formação em Ação	SEED	3017	9.737.972,36	3.144.128,96	7.580.510,65	2.451.576,44
Renova Escola	SEED/FUNDEPAR	4094	8.083.774,76	2.670.748,53	4.404.229,67	1.441.066,00
Total de Despesas Elegíveis do Setor 3			17.821.747,12	5.814.877,49	11.984.740,32	3.892.642,44
SETOR 4 - SAÚDE						
Nome do Programa	Órgão Responsável	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Pago no Período (US\$)	Valor Pago Financiável no Período (R\$)	Valor Pago Financiável no Período (US\$)
Rede de Urgência e Emergência	SESA	4161	67.627.777,53	21.917.135,74	33.779.542,29	10.856.395,53
Rede Mãe Paranaense	SESA	4162	75.762.807,04	24.131.603,86	66.766.704,97	21.247.125,42
Total de Despesas Elegíveis do Setor 4			143.390.584,57	46.048.739,60	100.546.247,26	32.103.520,95
TOTAL de Execução Financeira			167.989.844,98	54.037.910,11	119.279.633,15	38.160.525,77

O valor máximo para o quarto desembolso é de US\$ 65 milhões, o qual tem como requisitos, de acordo com a Carta de Desembolso: a) apresentação de despesas financiáveis de igual valor; b) cumprimento dos indicadores de Desembolso.

Para este desembolso, o montante foi calculado de acordo com a seguinte fórmula: x/y multiplicado pelo montante de despesas financiáveis, no qual "x" é o número de DLIs atingidos e "y" é o número total de DLIs com metas previstas no período.

Dentro deste contexto, o montante considerado como valor financiável pago, no período, foi US\$ 38 milhões, conforme discriminado por PGEs e Executor no quadro 14.

Em relação ao cálculo do Coeficiente de Indicadores de Desembolso, destaca-se que, em conformidade com a nova regra estabelecida no aditivo do contrato de empréstimo, discutido entre Banco e Governo Federal (STN e PGFN) durante o ano de 2015 e oficializado em 5 de janeiro de 2016, serão analisados os indicadores de todos os setores, independentemente de seus desempenhos financeiros, desde que haja metas aplicáveis para o período.

Para o período de referência do desembolso 4, verifica-se que 3 dos 13 indicadores não possuem metas aplicáveis. Entretanto dos 10 indicadores analisados 1 deles não atingiu as metas preconizadas, o que resultou em um coeficiente de ID de 0,90 (quadro 15).

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

continua

Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Banco Mundial
Relatório de Despesas dos Programas de Gastos Elegíveis
Apuração dos Indicadores de Desembolso

Data	30/06/2015
Projeto N.º	126343
Empréstimo N.º	8201-BR
Categoria N.º	1
DESEMBOLSO N.º	4

Indicadores aferidos até a data de 30 de junho de 2015

Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
1	Número de propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas (cumulativo)	Número de propostas de negócios elaboradas por associações de agricultores aprovadas em seleção pública.	Unidade	27	25	-2	SEAB	Foi lançado em outubro de 2014 o Edital SEAB/Banco Mundial 001/2014 para a Seleção de Propostas de Negócios Sustentáveis, sendo habilitadas 27 propostas. Após as análises do Grupo Técnico de Avaliação e Apoio (GTAA) foi divulgado o resultado final das propostas de negócios sustentáveis, sendo 25 aprovadas. Os projetos produtivos estão em fase de ajustes técnicos para a formalização dos convênios visando ao repasse dos recursos a cada associação. A previsão de efetivação do repasse é out./2015. Maiores informações no site: http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=227
2	Número de Planos de Ação de Microbacias elaborados (cumulativo)	Números de Planos de Ação elaborados de forma participativa envolvendo técnicos e a comunidade.	Unidade	100	112	12	SEAB	Lista dos planos, elaborados conforme roteiro do Manual Operativo do Projeto, contendo município e respectiva microbacia.
Total de ID do Setor 1						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 1						1		

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

continua

N.º	Indicador	Descrição da meta para o período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
3	Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	Termos de Referência (TOR) para o desenho e implementação do subsistema e seus módulos	Unidade	1	1	0	SEMA	Termo de Referência
4	Estabelecimento de uma Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	Minuta de Lei Estadual de Proteção e Defesa Civil	Texto	1	1	0	SEMA e CEPEDEC	Minuta de Lei Estadual de Proteção e Defesa Civil. Nota: A elaboração do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil está paralisada e somente será retomada depois da publicação das diretrizes estratégicas do Plano Nacional.
Total de ID do Setor 2						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 2						2		

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

Setor 3 - Educação

continua

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
5	Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno operando	Não se aplica, pois não há meta prevista para o período.	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SEED	-
6	Professores participantes em oficinas de professores em serviço (cumulativo)	Médias das participações dos professores em oficinas no 2.º semestre de 2014 e 1.º semestre de 2015, dividido pelas médias do número de professores que compõem as folhas de pagamento dos meses de outubro de 2014 (quando foi realizada a oficina) a janeiro de 2015.	Percentual	85	85	0	SEED	Relatório do Formação em Ação, contendo o número de oficinas e o total de participantes por Núcleo Regional de Educação, e informações relativas ao tema, conteúdo e carga horária das oficinas do 2.º semestre de 2014 e 1.º semestre de 2015. Nota: Dada a greve dos professores de 9 de fevereiro a 9 de março de 2015, e de 26 de abril a 9 de junho de 2015, as oficinas relativas ao primeiro semestre de 2015 foram realizadas em 15 de agosto deste ano, sendo reconhecidas pelo Banco para fins de cumprimento do indicador.
7	Escolas estaduais reformadas e/ou ampliadas (cumulativo)	Número de escolas da Rede Pública Estadual reformadas e/ou ampliadas com Termo de Recebimento das Obras assinado pela comunidade escolar.	Unidade	160	315	155	SEED	Relação das escolas atendidas com ampliação e recuperação (reforma) com termo de recebimento, identificando: o núcleo regional, o município, a modalidade de ensino ofertada e o número de alunos matriculados. As metas foram superadas, pois o Programa teve início antes mesmo da assinatura do contrato de empréstimo com o BIRD.
Total de ID do Setor 3						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 3						2		

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

Setor 4 - Saúde

continua

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
8	Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) a um hospital que faça parte da Rede de Saúde Materna e Infantil - Rede Mãe Paranaense (cumulativo)	Número de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto referenciadas por UBS a um hospital, dividido pelo número estimado total de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto ⁽¹⁾	Percentual	80,00	99,90	19,90	SESA	Relatórios elaborados a partir de dados originados no Sistema de Informações Hospitalares, contendo a lista das Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs) para a realização de partos emitidas pelos hospitais de referência para a Rede Mãe Paranaense
9	Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de mais de 07 consultas pré-natais	Não se aplica, pois não há meta prevista para o período	Percentual	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SESA	Relatórios gerados a partir de informações do Sistema de Informações sobre Nascido Vivos - SINASC
Total de ID do Setor 4						1		
Total de ID atendidos 4						1		
<p>(1) O cálculo da vinculação do parto foi realizado com base na estimativa de AIHs emitidas para procedimentos obstétricos realizados em gestantes de alto risco em hospitais de referência para esta classe de risco dividido pelo n.º estimado de Gestantes de Alto Risco SUS dependentes.</p>								

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

Setor 5 - Gestão do Setor Público

conclusão

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
10	Melhoria das competências essenciais dos servidores civis	Contratação de consultoria para treinamento estratégico dos servidores civis contratados	Texto	1	1	0	SEAP	O processo de contratação está em fase de elaboração de proposta. A assinatura do contrato está prevista para novembro.
11	Fortalecimento do Sistema de Controle Interno	Não se aplica, pois não há meta prevista para o período	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	CC	Termo de Referência já finalizado e aprovado pelo Banco. Nota: Em fase de lançamento da Manifestação de Interesse para formação da lista curta.
12	Fortalecimento da capacidade do Estado para a definição de políticas públicas baseadas em evidência	Relatório de linha de base da Avaliação de Regularização Fundiária concluído	Texto	1	1	0	IPARDES	Relatório de linha de base da Avaliação de Regularização Fundiária concluído e enviado ao Banco.
13	Revisão dos processos de gestão fiscal	Relatório de Progresso da Consultoria e proposta de Plano de Ação para a revisão dos processos de cobrança de impostos	Texto	1	1	0	SEFA	Relatórios desenvolvidos por servidores da SEFA a respeito da revisão dos processos de cobrança de impostos aceitos pelo Banco.
Total de ID do Setor 5						3		
Total de ID atendidos pelo Setor 5						3		

Aferição do Desembolso 4		
N.º de ID atendidos (Numerador)		9
N.º total de ID analisados (Denominador)		10
Coeficiente de ID		0,900

De acordo com a análise do Banco com a UGP, na missão de 31 de agosto a 4 de setembro, dos 10 indicadores analisados, 9 cumpriram ou superaram as metas, e 5 alcançaram as metas com base nas seguintes considerações:

- a) Setor 2 – Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, "Número de regionais com balcões únicos instalados para o acesso a serviços de licenciamento ambiental": esse indicador foi substituído pela "Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos", sendo esta proposta contemplada na reestruturação do contrato de empréstimo oficializada em 5 de janeiro de 2016. A meta estabelecida para o período para o novo indicador foi a "Elaboração dos Termos de Referência para o desenho e implementação do subsistema e seus módulos". Nesse contexto, o Banco considerou atingido o indicador, tendo em vista que os Termos de Referência foram elaborados pela SEMA e enviados ao Banco para revisão.
- b) Setor 2 – Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, "Estabelecimento da Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres": a meta prevista para o período para esse indicador era "Plano de Gestão de Riscos e Desastres considerada satisfatória pelo Banco" e para o próximo período estava previsto como meta "Minuta de Lei que estabelece a Política de Gestão de Riscos e Desastres". Entretanto a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná (CEPEDEC) esclareceu que a elaboração do Plano Estadual está paralisada aguardando a publicação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres, evitando desacordos com as diretrizes e regulamentações nacionais a respeito da matéria. A CEPEDEC apresentou também a Minuta de Lei Estadual de Proteção e Defesa Civil. Sendo assim, o Banco concordou com a inversão da ordem de apresentação das metas e considerou o indicador atingido.
- c) Setor 3 – Educação, "Professores participantes em oficinas de professores em serviço": dada a greve dos professores que ocorreu nos períodos de 9 de fevereiro a 9 de março de 2015, e 26 de abril a 9 de junho de 2015, as oficinas relativas ao primeiro semestre de 2015 foram realizadas em 15 de agosto deste ano. Considerando a greve como fator determinante e que extrapolou a governabilidade da SEED, o Banco aceitou as oficinas realizadas em agosto para fins de atingimento do indicador.
- d) Setor 3 – Educação, "Escolas Estaduais reformadas e/ou ampliadas", o Banco considerou os dados apresentados pela SEED como preliminares, tendo em vista que a sindicância interna instalada para apuração das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado, do exercício 2014, ainda está em andamento. Contudo, o Agente Financiador do Projeto considerou o indicador atingido, dada a grande diferença entre a meta prevista de 160 escolas reformadas e/ou ampliadas e os dados apresentados (315 obras).

e) Setor 5 – Gestão do Setor Público, "Revisão dos processos de gestão fiscal": a meta prevista originalmente no período para esse indicador era "Relatório de Progresso da Consultoria e proposta de Plano de Ação para a revisão dos processos de cobrança de impostos". Entretanto, servidores da SEFA realizaram uma análise que resultou em 21 diagnósticos e diagramas que além de mapear os processos existentes propuseram melhorias para a gestão fiscal do Estado. Os produtos do trabalho realizado pelos servidores da SEFA foram apresentados ao Banco, que reconheceu que a meta do indicador foi alcançada mesmo sem a contratação da consultoria.

Observe-se que o não atingimento do indicador físico de desembolso do Setor 1 – Desenvolvimento Rural Sustentável, "Número de propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas", e do indicador do Setor 5 – Gestão do Setor Público, "Melhorar as competências essenciais dos servidores civis", implicou na redução de 10% do total dos recursos previstos para o quarto desembolso.

O cálculo do valor do desembolso – considerando: a) valor apontado como financiável (US\$ 38,160,525.77), e b) coeficiente resultante do cumprimento dos indicadores de desembolso (0,9) – é de US\$ 34,459,218.54 milhões.

CONSIDERAÇÕES

A Unidade de Gerenciamento do Projeto vem acompanhando e monitorando a execução desta modalidade de financiamento, que, até então, era inédita no Estado do Paraná. A operacionalização do projeto é pautada na transversalidade de programas e ações que exigem um esforço de articulação e coordenação entre gestores e executores das áreas técnicas, administrativas e financeiras.

A gestão do projeto conta com um conjunto de instrumentos desenvolvidos para acompanhar a execução física e financeira do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Na elaboração deste documento, esses registros foram apropriados com o objetivo de sintetizar e informar o andamento do projeto. Importa observar que o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP), desenhado para apoiar a UGP na gestão, monitoramento e avaliação, e na prestação de contas perante os órgãos fiscalizadores e auditores, ainda não teve o seu desenvolvimento concluído, a fim de ser utilizado para gerar relatórios e subsidiar com mais agilidade a gestão do projeto, implicando na formulação de outros procedimentos e recursos para atender às necessidades do monitoramento.

Este terceiro relatório, como instrumento de gestão, finaliza com alguns apontamentos relativos aos avanços observados desde a perspectiva físico-financeira e às atividades requeridas na continuidade da execução. De acordo com a estrutura do programa optou-se por apresentar a síntese por setor.

Setor Desenvolvimento Rural Sustentável

O progresso das atividades do setor Desenvolvimento Rural Sustentável, neste período, foi insatisfatório principalmente em função das restrições orçamentárias impostas aos executores. Cumpre ressaltar que uma das atividades importantes na implementação do projeto, que é a licitação internacional para aquisição de patrulhas rodoviárias a serem repassadas aos Consórcios de Municípios, ainda está em tramitação e deve ser finalizada em 2016. Esse fato implicou na redução da aplicação financeira deste setor, uma vez que este investimento representa em torno de 50% do orçamento total do PRÓ-RURAL para o ano de 2015.

O acompanhamento da execução aponta para a necessidade de reavaliação da ação Apoio a Empreendimentos Comunitários Sustentáveis, por duas razões: dificuldades legais e operacionais das associações no Estado, e duplicação desta ação nos programas PRÓ-RURAL e Gestão de Solos e Água em Microbacias. Esta e outras alterações deverão ser discutidas por ocasião da avaliação de meio termo. As conclusões, após não objeção do Banco, deverão ser inseridas no Manual Operativo do Projeto de Gestão de Solos e Água em Microbacias e no PRÓ-RURAL no primeiro semestre de 2016.

Verifica-se que 23,8% dos recursos previstos inicialmente para o setor Desenvolvimento Rural Sustentável foram investidos.

A perspectiva é de que o restante previsto seja aplicado dentro do prazo programado pelo projeto. Porém, será necessário agilizar principalmente: a aquisição de patrulhas do PRÓ-RURAL, editais para levantamento cadastral de novas propriedades rurais a serem regularizadas, novos convênios com as prefeituras e a segunda chamada pública do PRÓ-RURAL.

Setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

O progresso das atividades do setor continua demonstrado, nessa primeira etapa, pela concentração dos investimentos na aquisição de veículos, máquinas e equipamentos previstos que não dependiam de estudos prévios e, ainda, na elaboração de Termos de Referência que permitissem dimensionar e concretizar os demais investimentos. No momento, estão tramitando cerca de 40 processos (entre Termos de Referência e Licitações) relacionados aos dois programas, o que deverá assegurar a execução financeira dos mesmos.

Verifica-se que 26,4% dos recursos previstos foram aplicados no setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, conforme demonstrado na análise financeira. A perspectiva é o cumprimento do programado desde que os procedimentos dos processos em tramitação sejam agilizados.

Quanto ao indicador de desembolso "Número de balcões únicos instalados para acesso a serviços e licenciamento ambiental", com o avanço do desenvolvimento do sistema informatizado de atendimento ao cidadão, ficou evidente que os balcões físicos, da forma como planejado, não são a forma mais eficiente de atender a população. Dado que o sistema se mostrou mais eficiente, e que tem seu primeiro módulo já em operação, o indicador será adaptado à nova realidade quando da reestruturação do projeto.

Outras atividades e investimentos previstos nos programas deverão ser revisados por ocasião da avaliação intermediária em função: a) do descompasso entre a contratação do projeto, investimentos realizados e início e conclusão dos estudos (consultorias); b) de investimentos já realizados pelo Estado nos últimos anos (2012/2015); e c) de implicações operacionais e de manutenção dos investimentos identificadas pelos executores no decorrer da aquisição de equipamentos e na implantação dos programas.

Setor Educação

Dada a greve dos professores, que ocorreu entre 9 de fevereiro e 9 de março, e de 26 de abril a 9 de junho de 2015, as atividades relacionadas ao setor de educação foram prejudicadas. Porém, a SEED deverá no segundo semestre de 2015 agilizar as mesmas principalmente as relacionadas ao programa Formação em Ação.

Com relação à aplicação dos recursos financeiros, verifica-se que 48,24% dos recursos previstos para o setor de educação foram aplicados até o momento, com perspectiva de execução do restante programado de acordo com o cronograma.

Resultados preliminares do primeiro relatório de auditoria do projeto identificaram junto ao programa Renova Escola pagamentos efetuados por serviços não realizados. A SEED está realizando auditoria de todas as obras já concluídas até o momento, a fim de quantificar o volume de irregularidades e quantas estão relacionadas ao Programa.

Setor Saúde

A implementação do componente Saúde mantém o bom desempenho apresentado nos períodos anteriores, nos seus aspectos técnicos e operacionais. Entretanto, o Estado enfrentou dificuldades, no aspecto financeiro, para a execução do Programa de Despesas Elegíveis vinculado ao componente Saúde neste primeiro semestre de 2015.

Os dois programas de gastos elegíveis apoiados setorialmente, Rede de Urgência e Emergência (Rede Paraná de Urgência) e Rede de Atenção Materno-Infantil (Mãe Paranaense), estão em processo de implementação, mas têm apresentado descontinuidade nos pagamentos de algumas das atividades previstas, impactando significativamente os resultados esperados. Alguns indicadores, apesar de manterem os níveis alcançados e em alguns casos até superarem as metas definidas, já começam a apresentar tendência de declínio para os próximos períodos.

Verifica-se que 74,84% dos recursos programados do setor foram aplicados conforme demonstrado na análise financeira. A perspectiva é de que os recursos previstos sejam aplicados dentro do prazo. Do total de recursos previstos para o Rede de Urgência e Emergência, observa-se a execução de 59,5%. Quanto aos recursos da Rede de Atenção Materno-Infantil, a execução foi de 90,3% do programado. Esse desempenho deverá ser objeto de análise, por ocasião da avaliação intermediária, visando à adequação das metas físicas e financeiras até o final do projeto.

Setor Gestão Pública - Componente 2, Assistência Técnica para a Gestão Pública Mais Eficiente e Eficaz

No período pós-assinatura do Acordo de Empréstimo (12/12/2014), a Unidade de Gerenciamento do Projeto em conjunto com os executores intensificou os trabalhos de elaboração dos Termos de Referência programados. Assim, estão em elaboração, análise e desenvolvimento 40 Termos de Referência com estimativa de R\$ 128.530.290,25 (US\$ 31.760.184,40).

No processo de elaboração e tramitação dos Termos de Referência, estão sendo enfrentadas dificuldades operacionais decorrentes da inexperiência das equipes executoras e da coordenação em compatibilizar as normas do Banco Mundial com as rotinas administrativas e a legislação local. Esse entrave foi contornado com as capacitações ofertadas pelo Banco Mundial. Para o primeiro semestre de 2016, trabalha-se com a perspectiva da

concretização dos trâmites e a contratação de 10 consultorias e mais a aquisição de equipamentos, programadas para a implementação das ações do Componente 2.

A título de conclusão, pode-se afirmar que o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, no período analisado (primeiro semestre 2015), apesar dos problemas vivenciados, apresentou avanços significativos, como demonstrado neste relatório e no cumprimento de 8 indicadores de desembolso acordados com o Banco Mundial.

Para a obtenção desses resultados, foram aplicados até o momento recursos financeiros da ordem de R\$ 613,23 milhões de um total de R\$ 1.356.479,55 para os quatro anos de duração do projeto (2014 a 2017), o que representa 42,4% do total dos investimentos programados.

5.1 SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

Durante a etapa de supervisão das Salvaguardas Ambientais no âmbito da UGP/SEPL, foi realizado o acompanhamento de toda a implementação das recomendações contidas nos documentos: Marco de Gestão Ambiental e Manuais Operativos, para subsidiar a elaboração deste relatório. A supervisão das atividades baseia-se no cumprimento das seguintes Políticas Operacionais de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial:

- OP 4.01 - Avaliação Ambiental
- OP 4.04 - Habitats Naturais
- OP 4.09 - Manejo de Pragas
- OP 4.11 - Recursos Culturais Físicos
- OP 4.36 - Florestas

A avaliação ambiental (OP 4.01) leva em conta o ambiente natural (ar, água e solo) e aspectos do meio ambiente global de forma integrada. Também leva em conta a variabilidade nas condições do Projeto; as conclusões de outros estudos ambientais no Estado; planos de ações nacionais para o meio ambiente; o conjunto de políticas do Estado; legislação nacional, estadual e municipal; e capacidades institucionais relacionadas com os aspectos ambientais e sociais. A avaliação ambiental é um processo cuja dimensão, profundidade e tipo de análise dependem da natureza, escala e impacto ambiental potencial do Projeto, de modo a assegurar que ele seja ambientalmente sólido e sustentável.

Os habitats naturais (OP 4.04) são áreas de terra ou de água, cujas funções ecológicas primárias não sofreram alterações causadas pelo homem. Nestas áreas formam-se comunidades biológicas constituídas principalmente por espécies de plantas e animais nativos. Todos os habitats naturais têm importante valor biológico, social, econômico e existencial. Medidas apropriadas de conservação e mitigação removem ou reduzem o impacto adverso sobre os habitats naturais, mantendo tais impactos dentro de limites socialmente definidos de mudança ambiental aceitável. As medidas específicas dependem das características ecológicas da área e podem incluir proteção plena por meio da reformulação das atividades previstas; reintrodução de espécies; medidas de mitigação para minimizar o dano ecológico; restauração de habitats degradados; e estabelecimento e manutenção de uma área

ecologicamente semelhante, de tamanho e contiguidade adequados. Tais medidas devem incluir supervisão e avaliação, para fornecer informações sobre os resultados da conservação e orientação para o desenvolvimento ou refinamento das medidas corretivas apropriadas.

Ao prestar assistência ao Projeto no controle de pragas e parasitas (OP 4.09), que afetam tanto a agricultura quanto a saúde pública, o Banco apoia uma estratégia que promova o uso de métodos de controle biológicos ou ambientais, e reduza a dependência de pesticidas químicos sintéticos. Para isso, apreciam-se as legislações estadual e federal existentes e as capacidades institucionais, com o objetivo de promover e apoiar uma estratégia segura, eficaz e ambientalmente benigna para esse controle.

Os recursos culturais físicos (OP 4.11) são importantes como fontes de valiosas informações científicas e históricas. São definidos como objetos, sítios, estruturas, bem como aspectos e paisagens naturais, móveis ou imóveis que tenham importância arqueológica, paleontológica, histórica, arquitetônica, religiosa, estética ou outro significado histórico. Os recursos culturais físicos podem estar localizados em ambientes urbanos ou rurais e estar acima ou abaixo do solo ou, ainda, debaixo d'água. Seu interesse cultural pode ser de âmbito local, provincial, nacional, ou da comunidade internacional. O Banco Mundial ajuda os países a evitar ou atenuar os impactos adversos sobre os recursos culturais físicos dos projetos de desenvolvimento. Os impactos sobre os recursos culturais físicos resultantes de atividades do Projeto, inclusive medidas atenuantes, não podem opor-se à legislação nacional e estadual, nem a suas obrigações, previstas em tratados e acordos ambientais internacionais relevantes.

O objetivo da OP 4.36 é aproveitar o potencial das florestas, integrar as florestas de forma eficaz para o desenvolvimento econômico sustentável e proteger os serviços ambientais locais e globais.

Em uma segunda etapa é realizada uma análise ambiental de cada uma das atividades para determinar o grau e o tipo apropriado de avaliação ambiental. O Banco classifica as atividades do Projeto dentro de uma das três categorias – A, B ou C – dependendo do tipo, localização, sensibilidade, escala, natureza e magnitude dos potenciais impactos ambientais das atividades propostas.

Um projeto proposto é classificado na categoria "A" se for provável que resulte em impactos ambientais adversos significativos e de caráter sensível. Estes impactos podem afetar uma área mais extensa do que os locais ou instalações onde ocorrem as atividades do Projeto. A avaliação ambiental para um projeto de categoria "A" examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos e recomenda medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos e melhorar o desempenho ambiental.

Um projeto proposto é classificado na categoria "B" quando seus potenciais impactos ambientais adversos são específicos ao local do projeto; poucos ou nenhum deles é irreversível, e na maioria dos casos a identificação de medidas mitigadoras é mais rápida. A avaliação ambiental neste

caso também examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos, e recomenda quaisquer medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos.

Um projeto proposto é classificado de categoria "C" quando a possibilidade de impactos ambientais adversos for mínima ou inexistente. Além da análise ambiental preliminar, não se exige nenhuma ação de avaliação ambiental adicional.

PRINCIPAIS AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS NO SEMESTRE

- Definição e encaminhamento do Marco de Gestão Ambiental para análise e não objeção do Banco.
- Aprovação do Banco do Marco de Gestão Ambiental.
- Publicação do Marco de Gestão Ambiental (Volumes I e II), no *site* da SEPL <http://www.planejamento.pr.gov.br/>
- SEMA - Realização de reuniões técnicas com os executores do Programa "Fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres" e do Programa "Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental", com a participação de representantes da SEMA, Defesa Civil, AGUASPARANÁ, IAP e CELEPAR para tratar de assuntos referentes aos indicadores do Programa.
- SEAB (PRÓ-RURAL) - Realização de reuniões na SEAB referentes ao Grupo Técnico de Avaliação e Apoio (GTAA) para avaliação e aprovação das propostas de negócio sustentáveis.

Apresentam-se a seguir os quadros de monitoramento dos indicadores físicos com as salvaguardas acionadas (e as informações obtidas junto aos responsáveis pelos programas do Projeto Multissetorial). O acompanhamento das salvaguardas ambientais referente ao 2.º semestre de 2014 foi realizado por Secretaria, instituições e órgãos ambientais diretamente envolvidos. Nos quadros é possível observar informações específicas sobre os indicadores físicos (produtos) que acionam as Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco, bem como informações sobre o Licenciamento Ambiental, documentações ambientais necessárias e seus respectivos impactos ambientais.

QUADRO 16 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

continua

RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS								
Executor	Programa	Indicadores que acionam salvaguardas ambientais	Atividades realizadas 2015		Observações	OP Acionada	Licenciamento ambiental e documentos requeridos	Impactos ambientais significativos
			Até 31/12/2014	1.º Semestre (janeiro a junho)				
SEAB	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL	102 escritórios reformados, 100 veículos adquiridos e rede de TI da EMATER modernizada	82	0	Não estão previstas reformas de escritórios para 2015. A partir de 2016 será realizado levantamento dos escritórios com necessidades de reformas.	(OP 4.01)	DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento, ninguém está obrigado a requerer DLAE, e por conseguinte ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.	As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.
		210 propostas de negócios financiadas	0	25	Os projetos produtivos estão em fase de ajustes técnicos para a formalização dos convênios visando ao repasse dos recursos a cada associação. A previsão de efetivação do repasse é out./15.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	O acompanhamento das Licenças Ambientais, outorga de uso da água e demais documentos requeridos referentes às Propostas de Negócios Sustentáveis, depende dos "Formulários de Iniciativa de Negócios" conforme modelo (Anexos 15 e 16 do MOP vol. 2A).	
		75 projetos-piloto e iniciativas inovadoras propostas	0	0	Tendo em vista o replanejamento orçamentário essa ação não está prevista para acontecer em 2015.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)		

QUADRO 16 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

Executor	Programa	Indicadores que acionam salvaguardas ambientais	Atividades realizadas 2015		Observações	OP Acionada	Licenciamento ambiental e documentos requeridos
			Até 31/12/2014	1.º semestre (janeiro a junho)			
			conclusão				
SEAB	GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS	7 planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados	Não se aplica	0	Esta ação será iniciada após a aquisição das máquinas e equipamentos para composição das Patrulhas Mecanizadas e a formalização dos convênios com os Consórcios Intermunicipais selecionados conforme critérios do Programa.	(OP 4.01)	O acompanhamento das Licenças Ambientais, outorga de uso da água e demais documentos requeridos será realizado através do Formulário para Manifestação de Interesse no Apoio para a Adequação de Estradas Rurais (Anexo 6 do MOP vol. 2A)
		480 sistemas de abastecimento de água	54 atualizados	0	No relatório de monitoramento do ano de 2014, foi divulgado o número de 39 sistemas de abastecimento de água, entretanto houve uma atualização dos dados dessa atividade, passando de 39 para 54 sistemas de abastecimento em funcionamento até dezembro de 2014.	(OP 4.01)	Para a perfuração do poço é exigido registro junto ao AGUASPARANÁ, visando à obtenção da respectiva anuência prévia (licença) e posterior outorga de direito de uso da água. Para a construção do poço tubular deverão ser seguidas as normas técnicas da ABNT e estar devidamente registrado no CREA.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - não foi atingida a unidade adotada.

Com o monitoramento dos indicadores físicos e das informações obtidas junto aos responsáveis pelos programas, concluiu-se que: todos os indicadores (obras/atividades) dos dois programas da SEAB atendem as Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental. As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, sendo classificadas dentro das categorias B e/ou C, não necessitando assim de uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.

QUADRO 17 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

Executor	Programa	Indicadores que acionam salvaguardas ambientais	Atividades realizadas 2015		Observações	OP Acionada	Licenciamento ambiental e documentos requeridos
			Até 31/12/2014	1.º semestre (janeiro a junho)			
SEMA	MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1 sistema de informação integrado	Implantado integralmente o módulo de Licenciamento Industrial, já incluindo a emissão automática da DLAE, e parcialmente o Módulo de Monitoramento Ambiental, oferecendo em fase final de testes o cadastro <i>on-line</i> da DEA, correspondendo a 20% do Sistema Integrado de Informações.	0	Foi concedida a não objeção do BIRD ao edital de licitação para aquisição de Solução para a Infraestrutura do Sistema de Informações. A Implantação do Sistema de Informações Integrado está prevista para dez/2015.	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		Implementação de um subsistema de recursos hídricos do sistema integrado de gestão ambiental e recursos hídricos	Subsistema de Recursos Hídricos com TdR 90% elaborado.	Termo de referência em elaboração	Termo de Referência para contratação de consultoria para desenvolvimento do subsistema de informações para gestão ambiental e de recursos hídricos em elaboração; Termo de Cooperação envolvendo SEMA, SEPL, AGUASPARANÁ, IAP e CELEPAR em tramitação.	(OP 4.01)	

QUADRO 17 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

Executor	Programa	Indicadores que acionam salvaguardas ambientais	Atividades realizadas 2015		Observações	OP Acionada	Licenciamento ambiental e documentos requeridos
			Até 31/12/2014	1.º semestre (janeiro a junho)			
SEMA	FGRD	1 sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando - 6 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá)	Não se aplica	Não se aplica	Processo de licitação em tramitação, Protocolo 11.981.290-9	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		60 estações pluvio-fluviométricas telemétricas instaladas, operando e com manutenção	60	Não se aplica	Meta integralmente atingida em 2013	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		22 municípios com descentralização compartilhada de licenciamento e fiscalização (IPML)	Não se aplica	16	16 municípios já autorizados	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		Número de municípios autorizados por resolução do CEMA para a descentralização do licenciamento e da fiscalização ambiental (IRI-PD)					
		Institucionalização do conselho estadual para a gestão de riscos e desastres ambientais (IPML)	Conselho criado	Não se aplica	Meta cumprida integralmente em 2013	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		Estabelecimento da política estadual de gestão de riscos e desastres (ID, IRI-PAD)	Não se aplica	0	Quanto ao Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, a CEPDEC está aguardando a esfera federal apresentar o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil para que ocorra o devido alinhamento entre as duas esferas. A data estimada para cumprimento da meta é julho/2016. Lei Estadual 18.519 publicada em 23 de julho de 2015, instituindo a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾

QUADRO 17 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

Executor	Programa	Indicadores que acionam salvaguardas ambientais	Atividades realizadas 2015		Observações	OP Acionada	Licenciamento ambiental e documentos requeridos
			Até 31/12/2014	1.º semestre (janeiro a junho)			
SEMA	FGRD	Instrumento legal que institui a política estadual (IPML)	-	-		(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		1 estudo técnico com cenários ambientais Paraná 2030 e 1 plano de gestão de riscos hidrometeorológicos em áreas metropolitanas (IPML)	Não se aplica	Não se aplica	Meta sendo reavaliada	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		Sistemas autônomos de previsão hidrológica; sistema de processamento, integração e informações; sistema de previsão e estimativa de chuva; sistema de mapeamento da cobertura e uso do solo e monitoramento ambiental (IPML)	Não se aplica	Não se aplica	Foi concedida a não objeção ao TdR para contratação de consultoria para elaboração de sistema metodológico e mapeamento de uso a cobertura da terra, que atualmente está em processo de elaboração da solicitação de manifestação de interesse. Mapeamento da Cobertura do Solo em licitação pela SEPL. Demais metas dependendo de Contrato de Gestão entre SEMA, Casa Militar, SETI, AGUASPARANÁ e SIMEPAR, em elaboração.	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		Mapa do Estado com identificação dos riscos de desastres (IPML)	4,96%	4,96%	Mapeamento Litoral (4,96% do PR) - executado. Mapeamento RMC (5% do PR) - edital em elaboração. Ainda não há decisão sobre outras regiões a serem mapeadas, pois a metodologia está sendo avaliada. Se for considerado que o Litoral e a RMC são as regiões mais críticas, é possível informar que já foi executado (50% do mapeamento, faltando outros 50%)	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾

QUADRO 17 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

Executor	Programa	Indicadores que acionam salvaguardas ambientais	Atividades realizadas 2015		Observações	OP Acionada	Licenciamento ambiental e documentos requeridos
			Até 31/12/2014	1.º semestre (janeiro a junho)			
SEMA	FGRD	Melhoria da identificação dos riscos e desastres (ID-S)	-	-	-	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		Sala de monitoramento e alerta de desastres em funcionamento	Sala de situação para alerta hidrometeorológico implantado no AGUASPARANÁ	Não se aplica	Sala no AGUASPARANÁ em funcionamento; Sala no SIMEPAR: Supercondutor já adquirido; Edital referente ao sistema inteligente de armazenamento de informações está em tramitação, sob protocolo n.º 13.311.333-9; Aquisição direta de sensor de raios em avaliação pelo BIRD; Editais em elaboração para aquisição de mobiliário, equipamentos de informática, sistema <i>wall-screen, workstations e plotter.</i>	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		Fortalecimento do monitoramento e gestão de riscos e desastres e sistema de alerta hidrometeorológico (IRI-PAD)					
		5 salas fixas e 5 salas móveis de gerenciamento de desastres regionais; 1 sala fixa e 1 sala móvel de gerenciamento de desastres central na coordenadoria da Defesa Civil (IPML)	Não se aplica	0	Em 2014, foram entregues 16 veículos (Vans com gerador) para os Postos de Comando Móvel. OBS: O projeto para instalação do Centro Estadual de Gestão de Riscos e Desastres (GEGERD), no Palácio das Araucárias, foi encaminhado em 21/07/2015, por meio do Protocolo Integrado 13.619.634-0, à Paraná Edificações (PREDI)/SEIL para elaboração do edital e orçamentação relativo à adequação do espaço físico, lógica, elétrica e sistema de ar condicionado. Simultaneamente está em fase final de orçamentação outro edital a ser desenvolvido em conjunto com o DEAM que contempla oito lotes, referentes aos equipamentos que vão compor o CEGERD, 16 Centros Regionais e 16 postos de Comando Móvel.	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾

Executor	Programa	Indicadores que acionam salvaguardas ambientais	Atividades realizadas 2015		Observações	OP Acionada	Licenciamento ambiental e documentos requeridos
			Até 31/12/2014	1.º semestre (janeiro a junho)			
SEMA	FGRD	Realização de cursos para representantes de 15 regionais da Defesa Civil (IPML)	Não se aplica	Não se aplica	Será proposta a alteração da meta atual para "Infraestrutura para Treinamento/Defesa Civil". O processo ainda não está finalizado devido à concentração de esforços na elaboração do Projeto do CEGERD.	(OP 4.01)	DLAE ⁽¹⁾
		Plataforma vant (veículo aéreo não tripulado) em operação para coleta de dados em áreas de difícil acesso	Não se aplica	Não se aplica	Meta sendo reavaliada	(OP 4.01)	

(1) DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento, ninguém está obrigado a requerer DLAE, e por conseguinte ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.

Todos os indicadores (obras/atividades) dos programas "Fortalecimento da Gestão e Riscos e Desastres" e "Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental" atendem as Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelo programa foram consideradas de baixo impacto ambiental e classificadas dentro da categoria C. Os programas devem ter impacto positivo sobre o meio ambiente, desde que procurem promover a obediência ambiental e a melhoria da capacidade de resposta ao desastre. A SEMA apoiará os esforços dos Manuais Operativos para fortalecer as ferramentas de gestão ambiental para o uso sustentável de recursos naturais, a redução dos impactos ambientais negativos, a melhoria da resposta e a coordenação em caso de desastre no âmbito estadual. Eles não apresentarão riscos com relação às salvaguardas; assim, não requerem supervisão ou apoio especial.

QUADRO 18 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEED

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		Observações	OP Acionada	Licenciamento ambiental e documentos requeridos
			Até 31/12/2014	1.º Semestre (janeiro a junho)			
SEED	RENOVA ESCOLA	Escolas da rede estadual reformadas ou ampliadas	287	28	Reforma e/ou ampliação: obras concluídas com certificado assinado pelo Secretário da Educação.	(OP 4.01)	DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento; ninguém está obrigado a requerer DLAE, e por conseguinte ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.
		Equipamentos e mobiliários adquiridos	719	84		(OP 4.01)	

Todos os indicadores (obras e atividades) do Programa "Renova Escola" atendem as Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (categorias B e/ou C), necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas e ampliação.

QUADRO 19 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SESA

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2014	1.º Semestre (janeiro a junho)			
SESA	REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	8 helipontos, 1 helicóptero e 80 ambulâncias disponibilizadas + 100 ambulâncias equipadas para o transporte intermunicipal.	1 heliponto em construção; 1 helicóptero e 1 avião em operação regular e 202 ambulâncias	1 heliponto em construção; 1 helicóptero e 1 avião em operação regular. N.º de ambulâncias	O heliponto do Hospital Universitário Cajuru está em obras, ainda sem previsão de término. A execução é realizada pelo próprio Hospital. O contrato do transporte aeromédico foi prorrogado, com nova vigência até 19/12/2015. Meta superada em 2013 com a disponibilização de 202 ambulâncias.	(OP 4.01)	PGRSS - informações sobre o manuseio e destinação dos resíduos sólidos de serviços de saúde. PGRCC - informações sobre o manuseio e destinação dos resíduos das obras. Roteiros de Inspeção Roteiros sistematizados de radiações ionizantes Projetos e Inspeção da Vigilância Sanitária Licença Sanitária.
		Aumento de 29% do total de 1.176 leitos de UTI (350 leitos) (200 leitos adultos, 50 leitos pediátricos e 100 leitos neonatais), 180 leitos de urgência e emergência e 40 salas cirúrgicas equipadas. Equipamentos para o SADT (3 tomógrafos, 7 RX digitais).	Percentual 30,87% N.º de leitos N.º de salas 1	31,95% (valor recalculado conforme a linha de base do ano de 2012 - PAD). N.º de leitos N.º de salas 1	Meta superada em 2014. Planilha atualizada "Leitos UTI 2010 a jun. 2015 Banco Mundial". Contratos vigentes conforme planilha. Aumento de 415 leitos sendo: 129 leitos habilitados e 286 contratados até junho 2015, totalizando 1.714 (1.428+286) leitos.	(OP 4.01)	Documentos emitidos pelos engenheiros (obras) - Relatórios de medição e de conclusão das obras. Dispensa ou autorização do IAP para execução da obra. Relatório de acompanhamento da obra e Relatório de Vistoria da Obra - SESA/PRED-DER DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento; ninguém está obrigado a requerer DLAE, e por conseguinte ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.
		Complexo regulador do SUS implantado com sistema operacional de regulação.	4	Não se aplica	Meta superada em 2014, com 04 macrorregiões possuindo implantação do Sistema Operacional de Regulação.	(OP 4.01)	
SESA	MÃE PARANAENSE	180 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas.	-	-	Dado em processamento	(OP 4.01)	-
		180 UBS equipadas para atendimento (média de 60 por ano).	225	29	-	(OP 4.01)	-

Todos os indicadores (obras e atividades) dos programas "Rede de Urgência e Emergência" e "Mãe Paranaense" atendem as Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (categorias B e/ou C) e em sua maioria apresentam impactos ambientais positivos ao Projeto, necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas, construção e ampliação.

5.2 SALVAGUARDAS SOCIAIS

De acordo com a avaliação realizada na preparação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este deverá cumprir as seguintes Políticas de Salvaguardas Sociais do Banco Mundial: Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

No quadro 20 estão apresentados os programas que compõem o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as instituições executoras e as respectivas Políticas de Salvaguardas Sociais acionadas.

QUADRO 20 - PROGRAMAS, EXECUTORES E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS SOCIAIS

PROGRAMA	EXECUTOR	SALVAGUARDA
Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRÓ-RURAL)	SEAB	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Gestão do Solo e Água em Microbacias	SEAB	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Formação em Ação	SEED	Povos Indígenas (OP 4.10).
Renova Escola	SEED	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Rede Mãe Paranaense	SESA	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

FONTE: SEPL/UGP, 2014

Com o objetivo de orientar a implementação dessas políticas, foram elaborados e aprovados pelo Banco, em 2012, os seguintes documentos: Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário e Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI). Estes se encontram disponíveis no portal da SEPL – www.sepl.pr.gov.br – no *link* do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Considerando o longo período decorrido entre a preparação do Projeto e a assinatura do acordo de empréstimo (dezembro de 2013), o Banco durante a missão realizada nos meses de fevereiro e março de 2014 recomendou a atualização dos documentos. Durante a missão realizada em dezembro de 2014 foram apresentados à especialista em salvaguardas do Banco os pontos que deverão ser atualizados na Estratégia de Participação dos Povos Indígenas e no Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário. As conclusões destes documentos ainda estão pendentes, porém há a expectativa de envio ao agente financiador do Projeto para análise, no primeiro quadrimestre de 2016.

Tendo em vista a garantia do arranjo institucional para a implementação das diretrizes previstas nos referidos documentos, foi destacada no âmbito da Unidade de Gestão do Projeto um responsável pelas Salvaguardas Sociais, assim como as Secretarias Executoras (SEAB, SEED e SESA) indicaram responsáveis pela operacionalização das ações previstas nos programas que acionaram as salvaguardas.

As principais atividades realizadas estão apresentadas a seguir, organizadas em dois tópicos, um relativo à Estratégia de Participação dos Povos Indígenas, e outro referente ao Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário.

5.2.1 ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)

A seguir, será apresentado o arranjo institucional para a implementação da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI), assim como serão apresentadas as atividades realizadas e programadas no âmbito da operacionalização dessa Estratégia.

5.2.1.1 Arranjo institucional

Uma Câmara Técnica, composta por representantes da SEPL, das Secretarias Executoras das ações, das Populações Indígenas e das Instituições Parceiras, foi criada através da Resolução n.º 009/2014, no âmbito do Comitê Gestor do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, com os seguintes objetivos: a) contribuir com a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) na implementação, acompanhamento e avaliação das ações propostas; b) promover a articulação e a complementaridade entre as ações propostas na EPPI e as ações de outras instituições que atuam junto às populações indígenas no Estado do Paraná; c) estabelecer um canal de comunicação direto com representantes das Terras Indígenas beneficiadas diretamente pelas ações do Projeto; d) facilitar a consulta às populações das comunidades das terras indígenas envolvidas.

Até janeiro de 2015 todas as instituições governamentais que compõem a referida Câmara indicaram seus representantes. Entretanto, devido às restrições orçamentárias que perduraram ao longo do primeiro semestre de 2015 não foi possível a realização de consultas diretas às populações indígenas para que estas pudessem fazer a indicação de seus representantes. Sendo assim, os membros da Câmara Técnica não se reuniram no período. Nesse contexto, durante a missão realizada em agosto/setembro de 2015 a especialista em Salvaguardas Sociais do Banco recomendou a atualização da nomeação dos representantes das Secretarias executoras.

5.2.1.2 Planejamento e execução das atividades

Para orientar a execução e facilitar o acompanhamento do progresso da implementação das políticas de salvaguarda relativas aos povos indígenas foi solicitado pelo Banco a elaboração de um Plano Operativo Plurianual (POP) para o período 2015-2017, estabelecendo objetivos, atividades e metas mais específicas para as diretrizes e ações gerais previstas na EPPI.

Os Planos Operativos Plurianuais de cada um dos programas envolvidos na execução da EPPI foram elaborados e enviados ao Banco para análise. Porém, a melhoria dos planos foi recomendada pela representante do Banco durante a missão de agosto/setembro de 2015. Mesmo precisando de ajustes, os POPs serviram de referência ao acompanhamento das atividades realizadas no primeiro semestre de 2015, conforme apresentado nos quadros 21 a 26.

A seguir, serão apresentadas com mais detalhe as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação da EPPI de cada um dos programas, assim como serão informados alguns elementos de contexto que interferem positiva ou negativamente na implementação das atividades.

- PRÓ-RURAL

Devidos às restrições orçamentárias foram realizadas no primeiro semestre de 2015 apenas ações de planejamento e articulação das atividades de capacitação pela EMATER, em parceria com a equipe do Plano Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica de Mauá (UHM). Como resultado deste trabalho foram programados para o segundo semestre do ano a realização de 7 cursos envolvendo a participação de aproximadamente 210 indígenas das 8 terras assistidas pelo PBA (Mococa, Queimadas, Apucarantina, São Jerônimo, Ywi Porã, Barão de Antonina, Pinhalzinho e Laranjinha) nas temáticas: Plantas medicinais e aromáticas (1 curso); Uso e manejo da agrobiodiversidade florestal (2 cursos); Proteção de nascentes (2 cursos); Produção de bambu (1 curso) e Produção orgânica de alimentos (1 curso).

Nas demais terras o trabalho será iniciado após a disponibilização de novos técnicos pela EMATER. Neste sentido, está em tramitação, desde abril de 2014, um processo de contratação de 400 técnicos por meio de concurso público, estando previsto que 40 deles trabalharão exclusivamente com as Terras Indígenas. Há a expectativa de que no primeiro semestre de 2016 o processo de contratação esteja concluído, estando programado um módulo específico em Indigenismo na capacitação inicial destes técnicos.

No sentido de qualificar a proposta da Associação Comunitária Indígena Inácio Martins (ACIMAR), da Terra Indígena Rio D'Areia, selecionada pela SEAB no processo de chamamento público contido no Edital SEAB/Banco Mundial 001/2014, foi realizada visita à referida TI para dialogar diretamente com os beneficiários, assim como foi solicitado apoio do engenheiro do município na elaboração do projeto de engenharia e no acompanhamento da obra de construção do Centro Cultural e de Turismo Guarani. Também foi solicitada à FUNAI a revisão e aprovação do projeto com o intuito de garantir a adequação do mesmo às especificidades culturais da população guarani e às normativas legais.

A partir da missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015, o indicador "Terras Indígenas com projetos produtivos apoiados" passou a ser incluído no quadro de resultados do Projeto como indicador social. O acompanhamento desse indicador está registrado no tópico 2.1 do presente Relatório juntamente com os demais indicadores do PRÓ-RURAL.

No quadro 21 estão apresentadas as ações e atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do PRÓ-RURAL para a implementação da estratégia de participação indígena.

QUADRO 21 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PRÓ-RURAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

AÇÃO/ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL 2015	REALIZADO De 01/2015 a 06/2015	SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
Capacitação das populações indígenas e suas organizações	Número de indígenas capacitados	320 (40 indígenas por terra)	0	SEAB/EMATER
Cursos de capacitação em educação ambiental e manejo dos recursos naturais (Ex. uso e manejo agrobiodiversidade florestal, coleta e manejo de sementes arbóreas, agrofloresta, proteção de fontes de água, entre outros).	Número de cursos realizados e Número de indígenas capacitados	23 cursos em 8 Terras Indígenas, capacitando 320 indígenas (a partir de agosto)	0	SEAB/EMATER/ Equipe Técnica do PBA UHM
Cursos de capacitação em desenvolvimento tecnológico e gestão (Ex. artesanato, empreendimentos solidários, comercialização, entre outros)	Número de cursos realizados e Número de indígenas capacitados		0	SEAB/EMATER/ Equipe Técnica do PBA UHM
Curso de capacitação em atividades produtivas diversas (café, suínos, peixes, bovino de leite, aves, produção orgânica, hortas e pomares caseiros, plantas aromáticas e medicinais, entre outros)	Número de cursos realizados e Número de indígenas capacitados		0	SEAB/EMATER/ Equipe Técnica do PBA UHM
Curso de capacitação em desenvolvimento humano e social	Número de cursos realizados e Número de indígenas capacitados		0	SEAB/EMATER/ Equipe Técnica do PBA UHM
Contribuir para a implementação de projetos produtivos sustentáveis das aldeias indígenas	Terras ou aldeias apoiadas	0	1	SEAB
Apoio de projetos produtivos das terras indígenas	Número de projetos	0	1	SEAB
Ampliar o número de técnicos trabalhando na assistência técnica e extensão rural junto às populações indígenas	Número de técnicos atuando pelo menos 50% do tempo nas TIs	6	0	SEAB/EMATER
Formalizar convênios com os municípios que possuem terras indígenas para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural	Número de técnicos atuando nas TIs	2	0	SEAB/EMATER
Ampliar o número de técnicos da EMATER prestando serviços de assistência técnica e extensão rural	Número de técnicos atuando nas TIs	3	0	SEAB/EMATER
Capacitação de técnicos prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural às populações indígenas e suas organizações	Número de técnicos capacitados	50	0	EMATER
Desenvolvimento e realização de módulo específico no "Pré-serviço" para os técnicos recém-contratados por meio de concurso público	Número de técnicos capacitados	Esta atividade ocorrerá após nomeação dos técnicos aprovados no concurso público	0	EMATER
Cursos de formação para ATER indígena	Número de técnicos capacitados		0	EMATER
Excursões técnicas a terras indígenas e/ou experiências com populações indígenas	Número de técnicos capacitados		0	EMATER
Elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável das 14 Terras Indígenas	Número de Planos Elaborados	8	0	SEAB/EMATER
Realização de oficinas para diagnóstico socioambiental nas aldeias e/ou terras indígenas	Número de oficinas realizadas	O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto, com as lideranças indígenas (setembro/outubro)	0	SEAB/EMATER
Realização de oficinas para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável das terras indígenas	Número de oficinas realizadas	O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto, com as lideranças indígenas (outubro/novembro)	0	SEAB/EMATER

- Formação em Ação

No primeiro semestre de 2015, atuaram nas 37 escolas indígenas paranaenses 746 professores, sendo 241 destes de etnia indígena. Também atuaram nestas escolas 237 profissionais de educação, entre os quais 133 indígenas.

Neste contexto, foram realizadas as oficinas no âmbito da implementação do Programa Formação em Ação, capacitando 554 professores, o que representa 73% do total. Foram capacitados também 159 profissionais de educação, representando 67% do total (quadro 22).

As oficinas foram realizadas em cada uma das escolas indígenas, sendo trabalhados os seguintes temas: a) Tecnologias no contexto escolar; b) Educação integral em jornada ampliada; c) Reflexão sobre as questões de diversidade no currículo; d) Fortalecimento do trabalho colaborativo entre professor especialista e os professores das disciplinas; e) O professor autor na elaboração de material didático; f) Agentes Educacionais - ECA na escola.

Durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 foi acordado que o número de professores que atuam em escolas indígenas capacitados pelas oficinas do Formação em Ação será incluído no quadro de resultados do Projeto como indicador social e deverá ser acompanhado nos relatórios semestrais. Assim, está incluído no item 2.3 do presente Relatório que trata dos Programas do Setor 3 - Educação, especificamente no quadro 6, referência a respeito do citado indicador social.

Durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 foi acordado que as ações realizadas pela Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEI) do Departamento de Diversidade (DEDI) da SEED, de maneira complementar ao Programa Formação em Ação, serão acompanhadas nos relatórios semestrais. No primeiro semestre de 2015 foram realizadas atividades administrativas que viabilizarão a realização das seguintes ações no segundo semestre do ano: a) saberes indígenas na escola; b) capacitação de equipes multidisciplinares para garantir a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar; c) capacitar professores por meio do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, visando à alfabetização de crianças indígenas de até 8 anos.

No quadro 22 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Formação em Ação para a implantação da EPPI. No quadro 23 estão apresentadas as ações e atividades complementares ao Programa Formação em Ação.

QUADRO 22 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL			REALIZADO			SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
		2015			De 01/01/2015 a 30/06/2015			
		N.º Total ⁽¹⁾	N.º capacitados	% ⁽²⁾	N.º Total ⁽¹⁾	N.º capacitados	% ⁽²⁾	
Realização das oficinas de atualização dos conhecimentos e práticas para professores e técnicos da educação escolar indígena								
Capacitação de professores indígenas que atuam em escolas indígenas, por meio de oficinas para trocas de experiências.	Professores indígenas capacitados	241	183	76	241	183	74	SEED/DPTE/DEDI/CEEI
Capacitação de professores não indígenas que atuam em escolas indígenas, por meio de oficinas para trocas de experiências.	Professores não indígenas capacitados	505	375	74	505	372	73	SEED/DPTE/DEDI/CEEI
Capacitação do total dos professores que atuam em escolas indígenas, por meio de oficinas para trocas de experiências.	Professores capacitados	746	557	75	746	554	73	SEED/DPTE/DEDI/CEEI

(1) Dado do Grupo de Recursos Humanos Setoriais da SEED para o período de referência.

(2) A base de dado para o cálculo será atualizada anualmente, tendo em vista a informação do Grupo de Recursos Humanos Setorial da SEED.

QUADRO 23 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO	SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
		2015	De 01/01/2015 a 30/06/2015	
		N.º	N.º	
Capacitar de forma continuada professores indígenas que atuam na Educação Escolar Indígena, para a elaboração de materiais didáticos específicos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da ação Saberes Indígenas na Escola				
Realização de oficinas de capacitação para professores orientadores da ação Saberes Indígenas na Escola	Professores orientadores indígenas Guarani e Kaingang capacitados	Não se aplica	Não se aplica	SEED/DEDI/CEEI
Realização de oficinas de multiplicação da ação Saberes Indígenas nas escolas	Professores indígenas Guarani e Kaingang capacitados	Não se aplica	Não se aplica	SEED/DEDI/CEEI
Capacitar de forma continuada por meio das Equipes Multidisciplinares, compostas por professores, diretores, pedagogos, agentes educacionais I e II, instâncias colegiadas e segmentos da sociedade, que tem como ação primordial intensificar o diálogo, no sentido de garantir a inserção da história e cultura afrobrasileira, africana e indígena no currículo escolar				
Formação das equipes multidisciplinares nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e conveniados	Equipes multidisciplinares de estabelecimentos de ensino formadas	2.500	0	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Elaboração de Planos de Ação Anuais das equipes multidisciplinares	Planos de Ação Elaborados	2.500	0	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Realização do Seminário na Semana da Consciência Negra	Seminário realizados	2.500	0	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Elaboração do Memorial Descritivo	Memoriais descritivos elaborados	2.500	0	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Capacitar de forma continuada professores alfabetizadores, por meio do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, visando à alfabetização das crianças até os oito anos de idade, ao final do 3.º ano do ensino fundamental escolar				
Realização de oficinas de capacitação para professores orientadores do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa	Professores orientadores capacitados	6	0	SEED/DEB
Realização de oficinas de multiplicação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa nas escolas	Professores indígenas Guarani e Kaingang capacitados	150	0	SEED/DEDI/CEEI

- Renova Escola

As atividades e metas previstas para o ano 2015 foram atingidas e até superadas já no primeiro semestre, considerando que os diagnósticos das 36 escolas indígenas foram concluídos e que 8 escolas foram equipadas, recebendo o mínimo de 7 itens (quadro 24).

Durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 foi acordado que as ações complementares ao Programa Renova Escola (tais como a construção de quadras de esportes, cozinhas, unidades novas, etc.) compõem o Plano Operativo do Programa e farão parte dos Relatórios Semestrais de Monitoramento do Projeto, mesmo não sendo financiadas com os recursos do Programa, por sua contribuição ao atingimento dos objetivos da EPPI. Atividades administrativas foram realizadas no primeiro semestre de 2015, no sentido de contribuir para a conclusão das ações complementares previstas no segundo semestre do ano, conforme o quadro 25.

No quadro 24 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Renova Escola para a implantação da EPPI. No quadro 25 estão apresentadas as ações e atividades complementares ao Programa, realizadas em parceria com instituições do governo federal (FNDE/MEC e MDA).

QUADRO 24 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADA E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÕES	Unidade de Medida	REALIZADO ACUMULADO	DEMANDA DIAGNOSTICADA	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO	SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
		Até 31/12/2014		2015	De 01/01/2015 a 30/06/2015	
		N.º		N.º	N.º	
Ampliar e/ou adequar as escolas indígenas						
Ampliação e/ou adequação de escolas indígenas.	Escolas reformadas, ampliadas e/ou adequadas	2	13	Não se aplica	Não se aplica	SEED/SUDE
Equipar e mobiliar as escolas indígenas						
Aquisição e repasse de equipamentos e mobiliários para escolas indígenas.	Escolas equipadas	36	18	5	8	SEED/SUDE
Diagnosticar a estrutura física das escolas indígenas						
Realizar visitas técnicas às escolas indígenas para a atualização do diagnóstico da estrutura física já cadastrado pela comunidade escolar no sistema de obras da SEED.	Escolas com diagnóstico	36	36	36	36	SEED/SUDE

QUADRO 25 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO	SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
		Entre 2010 e 2014	2015	De 01/01/2015 a 30/06/2015	
		N.º	N.º	N.º	
Ação complementar: Ampliar a infraestrutura física para o ensino e práticas culturais em terras indígenas					
Construção de unidades novas em terras indígenas com a utilização de recursos do FNDE/MEC, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR)	Escolas construídas	13	1	0	SEED/SUDE
Construção de quadras esportivas com a utilização de recursos do FNDE/MEC, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Quadras esportivas construídas	Não se aplica	14	0	SEED/SUDE
Construção/ampliação de cozinhas das escolas em parceria com o MDA	Cozinhas construídas/ampliadas	Não se aplica	3	0	SEED/SUDE
Ação complementar: Assegurar o ensino em terras indígenas não regularizadas					
Manter escolas provisórias nas terras indígenas não regularizadas	Escolas provisórias mantidas	3	3	0	SEED/SUDE

NOTA: Sinal convencional utilizado:
0 - não foi atingida a unidade adotada.

▪ Rede Mãe Paranaense

Considerando o histórico de altas taxas de mortalidade materna e infantil da população indígena, a SESA classifica, a *priori*, como de risco intermediário qualquer gestação indígena. Para reverter tal realidade, considera-se importante o trabalho de capacitação das equipes que atuam na atenção primária à saúde nas Terras Indígenas do Paraná.

Entretanto, a saúde indígena é de competência da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde (MS). Neste contexto, a SESA por meio do Programa Rede Mãe Paranaense atuou em parceria com a SESAI/MS, possibilitando a capacitação de 127 profissionais, número este bem acima do previsto para ano (15).

A parceria com a SESAI resultou na implantação dos protocolos de estratificação de risco no parto e vinculação de 328 gestantes indígenas a um hospital da Rede Mãe Paranaense. A implantação da gestão de caso de 30 gestantes está prevista para o segundo semestre.

As taxas de mortalidade materna e infantil nesta população diminuíram de maneira expressiva, após a implantação da Rede Mãe Paranaense, devido à ampliação do cuidado das gestantes no pré-natal, parto e puerpério.

No quadro 26 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Rede Mãe Paranaense para a implantação da EPPI.

QUADRO 26 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO 2015	REALIZADO De 01/01/2015 a 01/07/2015	SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
		N.º	N.º	
Qualificar profissionais de saúde que atuam nos serviços que atendem especificamente a saúde indígena no Paraná por meio das atividades de Educação Permanente				
Capacitar (através de atividades de educação permanente) a equipe de enfermagem ⁽¹⁾ que atua nas aldeias indígenas para o cuidado com as gestantes e crianças indígenas	Profissionais de saúde que atuam em terras indígenas capacitados	15	127	SESA/SAS
Acompanhar as gestantes e crianças até 1 ano de vida com o objetivo de reduzir a mortalidade				
Implantar a Gestão de Caso em aldeias indígenas	Gestantes e crianças indígenas até 1 ano de vida com acompanhamento	30	0	SESA/SAS
Estratificar gestantes indígenas como Risco Intermediário (que são gestantes que apresentam fatores de risco relacionados às características individuais de raça, etnia e idade), durante o seu pré-natal e referenciar para o hospital com melhor condição para atendê-las	Gestantes indígenas com risco estratificado como intermediário	300	328	SESA/SAS

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - não foi atingida a unidade adotada.

(1) Segundo a DSEI Litoral (dez.2014), as equipes são compostas por enfermeiro, técnicos e auxiliares, e estão distribuídas em 5 polos indígenas e na sede DSEI Litoral Sul.

5.2.2 MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Em 2012, quando foi elaborado o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário ainda não eram conhecidos, com exatidão, os limites físicos das intervenções previstas, nem as próprias demandas por realocação de famílias decorrentes dessas intervenções. Naquele momento, o entendimento tanto do Estado quanto do Banco foi de que apenas a ação de adequação de estradas rurais prevista no PRÓ-RURAL teria potencial (mínimo) de causar reassentamento involuntário.

Entretanto, durante a missão da especialista em Salvaguarda Social do Banco realizada em dezembro de 2014 foi verificado que as seguintes ações também possuem potencial mínimo de causar reassentamento involuntário: a) instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias, e b) ampliação e reforma de prédios escolares.

A missão recomendou, além da atualização do referido Marco Referencial, a elaboração de Fichas de Verificação de Reassentamento Involuntário customizadas para cada uma das ações. Versões preliminares dessas fichas foram elaboradas e encaminhadas ao Banco para análise e aprovação durante o primeiro semestre de 2015. Depois de aprovadas estas passarão a compor os processos de execução de cada uma das obras.

A seguir, serão apresentadas as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação dos programas, além das informações de contexto que interferem na operacionalização da OP 4.12 (Salvaguarda de Reassentamento Involuntário).

5.2.2.1 Planejamento e execução de atividades

▪ PRÓ-RURAL

As ações de readequação de estradas rurais previstas no Programa Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRÓ-RURAL) não foram iniciadas, pois dependem da disponibilização das patrulhas rodoviárias que ainda não foram adquiridas devido às dificuldades operacionais enfrentadas pela Unidade Técnica do Programa na condução do processo licitatório internacional. Por enquanto, nenhum quilometro de estrada foi readequado com recursos do Programa. Não obstante, foi estabelecido durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 que no momento do envio ao Banco do edital para análise de não objeção será esclarecido que as salvaguardas sociais serão atendidas no momento em que as obras de adequação das estradas forem definidas, conforme Manual Operativo do Programa e Marco de Reassentamento Involuntário.

Seguindo as recomendações dadas pelo Banco na missão de dezembro de 2014, a responsável pela UGP e representantes dos executores (SEAB, EMATER e CODAPAR) elaboraram uma nova versão do Manual Operativo do Programa e do Marco Referencial das Políticas de Reassentamento Involuntário, contendo a descrição do fluxo operacional da ação de adequação de estradas rurais, esclarecendo os responsáveis por cada uma das etapas e explicitando a necessidade de realização de consultas públicas junto à comunidade e da assinatura de Termo de Anuência para cada projeto de engenharia. O documento também contém os impactos da ação e as medidas para evitá-los, mitigá-los ou compensá-los, segundo o caso. Essa versão foi apresentada ao Banco na missão realizada em agosto/setembro de 2015.

Acordou-se durante a missão de agosto/setembro que apenas os primeiros 3 processos de adequação de estradas rurais serão analisados pelo Banco. Para tanto, deverão ser enviados para análise um resumo do processo contendo a ata de consulta à comunidade, a Ficha de Verificação de Reassentamento Involuntário e o Termo de Anuência quanto ao projeto da obra, antes de as mesmas serem iniciadas.

- Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias

Até dezembro de 2014 foram perfurados 185 poços, mas apenas 29,2% (54) destes possuem sistemas de distribuição de água instalados. No primeiro semestre de 2015 não foi perfurado nenhum novo poço, porém foram realizadas atividades administrativas para o andamento do processo licitatório de novas obras.

Acordou-se durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 que o edital da licitação será enviado para análise e não objeção do Banco, fazendo-se uma breve referência de que as políticas de salvaguardas sociais serão atendidas no momento em que as localizações das obras estiverem definidas, conforme o Manual Operativo do Programa e o Marco de Reassentamento Involuntário.

Em atendimento à solicitação do Banco durante a missão de dezembro de 2014 foi elaborada uma nova versão do tópico que trata da ação de construção de sistemas de abastecimento de água no Manual Operativo do Programa e no Marco de Reassentamento Involuntário, e apresentada durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015, objetivando detalhar o fluxo operacional da ação, identificar responsáveis e responsabilidades, assim como apontar os possíveis impactos e as medidas para evitá-los, mitigá-los ou compensá-los, segundo o caso.

Acordou-se também durante a missão de agosto/setembro de 2015 que os primeiros 3 novos processos de perfuração de poços serão enviados para análise antes de as obras se iniciarem, contendo uma síntese dos processos e as Fichas de Verificação de Reassentamento devidamente preenchidas.

- Renova Escola

No âmbito da implementação do Renova Escola, foram reformadas ou ampliadas 287 escolas até dezembro de 2014. No primeiro semestre de 2015 foram realizadas 28 obras, totalizando 315 prédios escolares reformados/ampliados no âmbito da execução do Programa. Outras 46 obras estão em andamento com recursos do Programa.

Em conformidade com a legislação e tendo em vista as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), os procedimentos adotados pelo Estado para a operacionalização do Programa impedem a realização de intervenções em prédios escolares localizados em terrenos irregulares. Neste contexto, até o primeiro semestre de 2015 não foram identificados casos de reassentamento involuntário.

Durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 foi reapresentado o fluxo operativo para a ampliação de escolas, tendo sido acordado que o Relatório de Vistoria do Terreno, que é preenchido pelos engenheiros da SEED/SUDE antes da elaboração do projeto da obra, será ampliado incluindo-se questões relacionadas ao terreno e aos demais impactos relacionados com reassentamento involuntário, tais como impedimento de acesso a estruturas de lazer ou a fontes de água.

Acordou-se também a atualização do tópico do Marco de Reassentamento Involuntário referente ao Renova Escola, melhorando a descrição dos procedimentos de implementação da ação de ampliação de escolas, ficando esclarecido que não haverá desapropriações de áreas privadas e que a revisão do Banco sobre os processos das obras será *ex-post*.

- Rede Mãe Paranaense

As obras relativas à construção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) previstas no Programa Rede Mãe Paranaense são realizadas pelos municípios. Sendo assim, a SESA repassa recursos a esses entes por meio de convênios ou de transferências do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde.

Um acompanhamento detalhado está sendo realizado pela SESA para verificar o andamento das obras para consistir e validar o número de obras concluídas.

Tendo em vista as determinações da legislação e considerando as recomendações do TCE, a SESA somente repassa recursos para a construção de UBS em terrenos públicos regulares. Sendo assim, não foram identificados no período casos de reassentamento involuntário.

Durante a missão de dezembro de 2014 foram discutidos os procedimentos adotados e os instrumentos legais utilizados na construção de UBS, sendo esclarecido que elas são construídas pelos municípios em terrenos públicos desimpedidos. Tendo em vista o nível de controle e de exigência que já vem sendo adotado pela SESA na implementação da ação, foi entendido que é desnecessário o preenchimento de uma Ficha de Verificação de Reassentamento Involuntário. Estes pontos serão atualizados no Marco de Reassentamento.

No quadro 27 estão resumidas as atividades previstas e realizadas.

QUADRO 27 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

PROGRAMA	EXECUTOR	AÇÕES COM POTENCIAL MÍNIMO DE CAUSAR REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES PREVISTAS
Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRÓ-RURAL)	SEAB	Adequação de estradas rurais.	Nenhum quilômetro de estrada rural foi readequado no âmbito da operacionalização do Programa. Foram realizadas atividades administrativas no sentido de iniciar o processo licitatório para aquisição de patrulhas rodoviárias que serão disponibilizadas aos Consórcios Intermunicipais para a adequação de estradas rurais.	Conclusão do processo licitatório internacional para aquisição de patrulhas no primeiro semestre de 2016.
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais.	185 poços perfurados até dezembro de 2014, apenas 54 possuem sistemas de distribuição de água instalados. Foram realizadas atividades administrativas no sentido de iniciar o processo licitatório para a construção de novos poços. Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado no período.	Conclusão de processo licitatório para a perfuração de novos poços está prevista para o primeiro semestre de 2016.
Renova Escola	SEED	Ampliação e/ou adequação de escolas.	287 escolas reformadas ou ampliadas até dezembro de 2014. 28 escolas reformadas ou ampliadas no primeiro semestre de 2015, totalizando 315 obras concluídas. Não foram identificados casos de reassentamento involuntário neste período.	As 46 obras que estão em execução pelo Programa serão concluídas.
Rede Mãe Paranaense	SESA	Construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs).	Um acompanhamento detalhado das obras está em curso pela SESA. Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado.	As obras que estiverem em andamento com recursos do Programa serão concluídas.

FONTE: UGP/CDG/SEPL

5.2.3 CONCLUSÕES TÉCNICAS

A elaboração do Plano Operativo Plurianual para a implementação da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas possibilitou o acompanhamento mais qualificado das diversas ações dos Programas de Gastos Elegíveis em andamento.

As Fichas de Verificação de Reassentamento Involuntário incorporadas aos fluxos operacionais das ações previstas significaram um avanço para a identificação e acompanhamento de casos de reassentamento involuntário na implementação das obras dos programas.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Project Appraisal Document (PAD): Brazil - SWAp for Parana Multi-Sector Development Project. Washington, DC, 2012. (Report. n.º 67.388 – BR). For official use only.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Formação em Ação**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/9_formacao_acao.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/7_gestao_riscos.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/2_microbacias.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Mãe Paranaense**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/5_mae_paranaense.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/8_modernizacao_sema.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Pró-Rural**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1_prorural.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Renova Escola**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/3_renova_escola.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Rede de Urgência e Emergência**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/6_urgencia_emergencia.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Curitiba, 2012.

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/4_avaliacao_aprendizagem.pdf>. Acesso em: set. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: Manual Operativo. Curitiba, 2014. v.1.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Lei Orçamentária Anual**: Lei n.º 17.012 de 14/12/11 - Exercício 2012. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano Plurianual 2012-2015**: Lei n.º 17.012 de 14/12/11. Curitiba, 2011.